

Relatório Anual de Informações

2018

Planos de benefícios da



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CGPC nº 23/2006. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2018 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2018..... | 1 |
| MENSAGEM DA DIRETORIA..... | 2 |
| MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO | 3 |
| MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL | 4 |
| DESTAQUES DO ANO..... | 5 |
| CONTEXTO ORGANIZACIONAL | 8 |
| PLANOS DE BENEFÍCIOS..... | 12 |
| POLÍTICA DE SEGURIDADE | 13 |
| ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) .. | 13 |
| GESTÃO DO PASSIVO EM 2018 | 13 |
| AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018..... | 14 |
| POLÍTICA DE INVESTIMENTOS..... | 16 |
| ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)..... | 17 |
| GESTÃO DOS INVESTIMENTOS..... | 17 |
| SEGMENTOS DE APLICAÇÃO | 17 |
| METAS E ÍNDICES | 17 |
| GESTÃO DOS RISCOS | 17 |
| RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS..... | 19 |
| PLANO EPAGRI BÁSICO | 19 |
| PLANO EPAGRI SALDADO..... | 22 |
| PLANO EPAGRI FLEXCERES | 25 |
| SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAGRI..... | 27 |
| INVESTIMENTOS DOS PLANOS..... | 28 |
| ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO | 28 |
| PLANO EPAGRI BÁSICO..... | 28 |
| PLANO EPAGRI SALDADO | 29 |
| PLANO EPAGRI FLEXCERES | 29 |
| RESULTADOS EM 2018..... | 30 |
| RENDA FIXA..... | 30 |
| RENDA VARIÁVEL | 31 |
| ESTRUTURADOS..... | 32 |
| IMOBILIÁRIO | 33 |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 34 |
| RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO | 36 |
| COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAGRI FLEXCERES | 37 |

| | |
|--|----|
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | 38 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA) | 38 |
| DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS..... | 39 |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS | 40 |
| ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 50 |
| ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 60 |
| ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL | 63 |
| ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 65 |
| ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS | 66 |

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2018

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Alexandre de Oliveira Barcellos (Presidente)

Emídio Casagrande

Gerson Soares Alves Barreto

José Mauro Gonçalves Dias

Sérgio Brunale

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira (Presidente)

Eurípedes Rosa do Nascimento

Sebastião Cardoso Barbosa

Arádia Luiza dos Santos Costa

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2018 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira e a inflação, permaneceu controlada.

Nos mercados, o dólar chegou a bater R\$ 4,19, nova máxima histórica, em meio a incerteza da corrida eleitoral, mas encerrou o ano ao redor de R\$ 3,90, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência.

No ambiente da Ceres, o desempenho dos investimentos apresentou muito bom resultado. Todos os planos obtiveram rentabilidade superior à meta atuarial e/ou índice de referência e a maior parte deles terminou 2018 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, a Ceres atuou de maneira consistente, com tomada de decisões prudentes, pautada pelo modelo de governança responsável, ético e transparente, além de políticas de investimentos e de seguridade criteriosas que visam assegurar solvência e liquidez aos planos de benefícios.

O ano de 2018 foi de muitas conquistas para a Ceres. Destacamos o lançamento do nosso primeiro plano instituído, o Família Ceres, uma oportunidade ímpar para os nossos participantes, aposentados e pensionistas e os seus familiares garantirem o futuro ou realizarem um sonho.

Continuaremos contando com a atuação integrada de nossos colegiados, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de todos para seguirmos adotando as medidas necessárias para assegurar o nosso compromisso junto a cada um dos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores.

Uma boa leitura!

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2018, foram avaliados e aprovados documentos importantes para a gestão como o Plano de Custeio para 2018, a Avaliação Atuarial dos Planos, a Política de Investimentos, dentre outros.

Destaca-se como um marco de gestão a implantação do plano instituído “Família Ceres” destinado aos familiares dos empregados das patrocinadoras e participantes e assistidos da Fundação.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em ajudar a garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.

DESTAQUES DO ANO

Plano Família Ceres

Como uma das principais iniciativas que visam manter a sustentabilidade institucional da Fundação Ceres e que fazem parte do projeto “Ceres de Futuro”, foi implantado, em junho/2018, o Família Ceres, um novo plano de previdência complementar destinado aos empregados das patrocinadoras, aos assistidos da Ceres e aos seus familiares até o 3º grau.

O plano, instituído pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Ceres (ANAPEC) e pela Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural (AMAER), encerrou o ano com 311 participantes.

A Ceres está focada na adesão de 56.000 pessoas, que é público potencial estimado por meio de pesquisa realizada com os participantes e assistidos.

Nova Composição da Diretoria Executiva

Diretoria de Investimentos

No dia 17 de dezembro de 2018, José João Reis assumiu o cargo de Diretor Investimentos da Ceres.

“Reis” é empregado da Embrapa desde 1980, tendo sido responsável pela área financeira dessa patrocinadora por mais de 10 anos. Sua experiência em gestão de previdência complementar foi adquirida durante os oito anos que atuou como membro do Conselho Deliberativo da Ceres, e os quatro como Diretor de Seguridade.

“Pretendo dar continuidade à gestão séria, prudente e exitosa dos Diretores que cuidaram dos investimentos da Ceres, no qual certamente cumpriram com o seu dever fiduciário e foram fiéis à confiança depositada por todos os participantes, assistidos e patrocinadores”, afirmou Reis na apresentação do seu Plano de Trabalho ao Conselho Deliberativo.

Diretoria de Seguridade

“Trabalhar com muita dedicação, empenho, entusiasmo e integridade para, além de preservar da imagem positiva, a credibilidade e a sustentabilidade institucional, fazer com que a Ceres seja cada vez mais sólida e perene”, esse foi o compromisso do novo Diretor de Seguridade, Washington Luiz de Carvalho e Silva.

Empregado da Embrapa entre 1975 e 2009, o dirigente foi indicado pela patrocinadora e após apresentação de plano de trabalho e sabatina, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e habilitado pela Previc, tomando posse em 21 de dezembro de 2018.

Com larga experiência em gestão administrativa e projetos estratégicos, acumulada ao longo de mais de 34 anos de trabalho, Washington atua também, desde 2004, como membro do Conselho de Administração do SICOOB Crediembrapa.

Nova Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal

Os participantes e assistidos da Embrapa elegeram dois representantes para o Conselho Deliberativo e um para o Fiscal.

Foram eleitos para titulares no Conselho Deliberativo Raimundo Alves de Araújo e Maria do Socorro Barbosa Guedes. Seus suplentes serão Cleuber Oliveira e José Roberto de Souza Freire.

A vaga no Conselho Fiscal será ocupada por Emídio Casagrande e seu suplente será Edil Manke. Os novos conselheiros terão mandato de quatro anos e oportunamente tomarão posse.

Sobre a eleição

O processo de votação, operacionalizado por meio de sistema informatizado, começou no dia 22/10 e terminou ao meio dia do dia 1º de novembro.

Todos os participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) dos planos Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres inscritos até 21 de setembro de 2018 e em dia com suas obrigações perante a Fundação participaram do processo.

Recuperação de Créditos - Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Com o objetivo de permitir que os participantes e os assistidos, que estejam inadimplentes, regularizem os seus débitos com a Ceres, foi implementada no início de 2018, uma nova sistemática de cobrança de empréstimos e financiamentos imobiliários.

A campanha de cobrança é permanente, tendo em vista que a inadimplência atinge diretamente a saúde financeira do plano de previdência complementar, o que reforça a importância de que todos estejam em dia com as suas obrigações.

Veja os resultados obtidos com a campanha realizada:

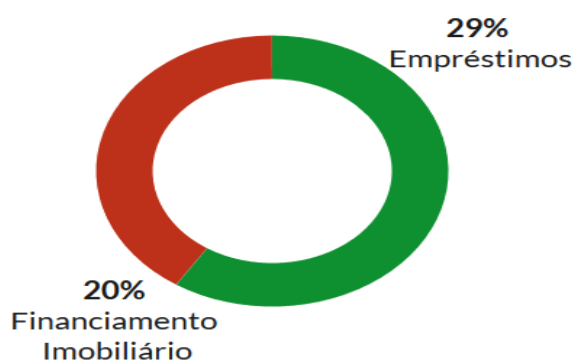
 **Montante**
Recebido/Renegociado

R\$ 2,1 Milhões
Empréstimos

R\$ 1,1 Milhão
Financiamento Imobiliário



Êxito



Alteração de Regulamentos

No ano de 2018, não houve alteração de Regulamento de plano de benefícios.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

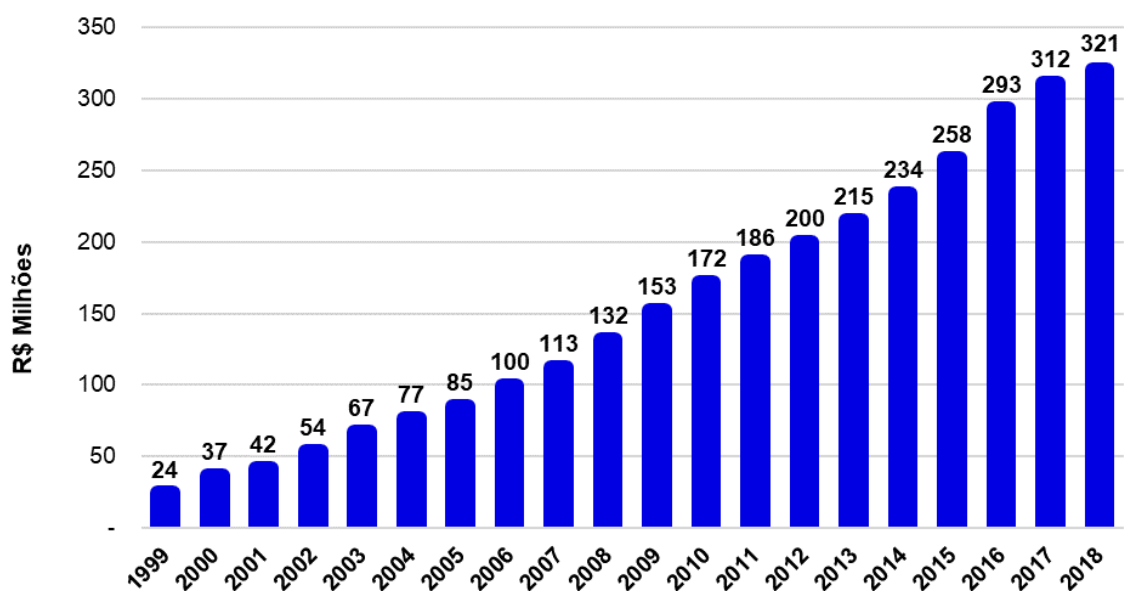
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios bem definidos de governança corporativa, com regras prudenciais, práticas de gestão, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2018, quando completou 39 anos, os planos administrados pela Ceres contavam com 19.025 associados, sendo 12.551 (66%) participantes e 6.474 assistidos (34%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares e pensões no valor de R\$ 321 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 3,1 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (1999 - 2018)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2018.

| Plano | CNPB | Data Início | Modalidade |
|--------------------|--------------|-------------|------------|
| Embrapa Básico | 1979.0004-92 | ago-79 | BD |
| Embrapa-FlexCeres | 2007.0007-92 | mai-07 | CV |
| Embrater Básico | 1979.0005-65 | ago-79 | BD |
| Ceres Básico | 2007.0010-47 | out-79 | BD |
| Ceres-FlexCeres | 2007.0008-65 | dez-05 | CV |
| Epagri Básico | 1981.0001-19 | jan-81 | BD |
| Epagri-Flexceres | 2005.0023-56 | jul-05 | CV |
| Epagri Saldado | 2005.0022-83 | jul-05 | BD |
| Emater Básico | 1982.0001-47 | fev-82 | BD |
| Emater-FlexCeres | 2007.0026-47 | nov-07 | CV |
| Emater Saldado | 2007.0025-74 | nov-07 | BD |
| Epamig Básico | 1982.0008-56 | mar-82 | BD |
| Epamig-FlexCeres | 2007.0033-92 | jan-08 | CV |
| Epamig Saldado | 2007.0031-47 | jan-08 | BD |
| Cidasc FlexCeres | 2009.0011-92 | jan-10 | CV |
| ABDI-FlexCeres | 2013.0009-11 | ago-13 | CD |
| EmaterDF-FlexCeres | 2014.0008-83 | set-14 | CV |
| Família Ceres | 2018.0003-65 | jun-18 | CD |

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

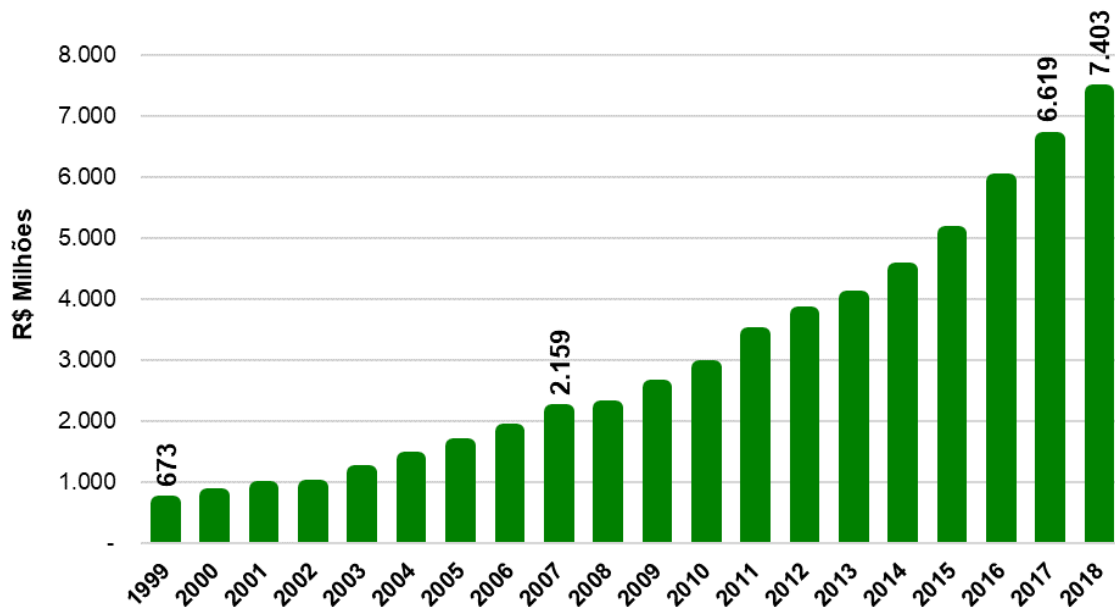
PATRIMÔNIO TOTAL

De 1999 até dezembro de 2018, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 673 milhões para R\$ 7,4 bilhões (Gráfico 2).

Em 2018, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse período (1999 a 2018), a rentabilidade obtida foi de 1.620% contra uma meta atuarial/índice de referência médios de 1.185%.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (1999 - 2018)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

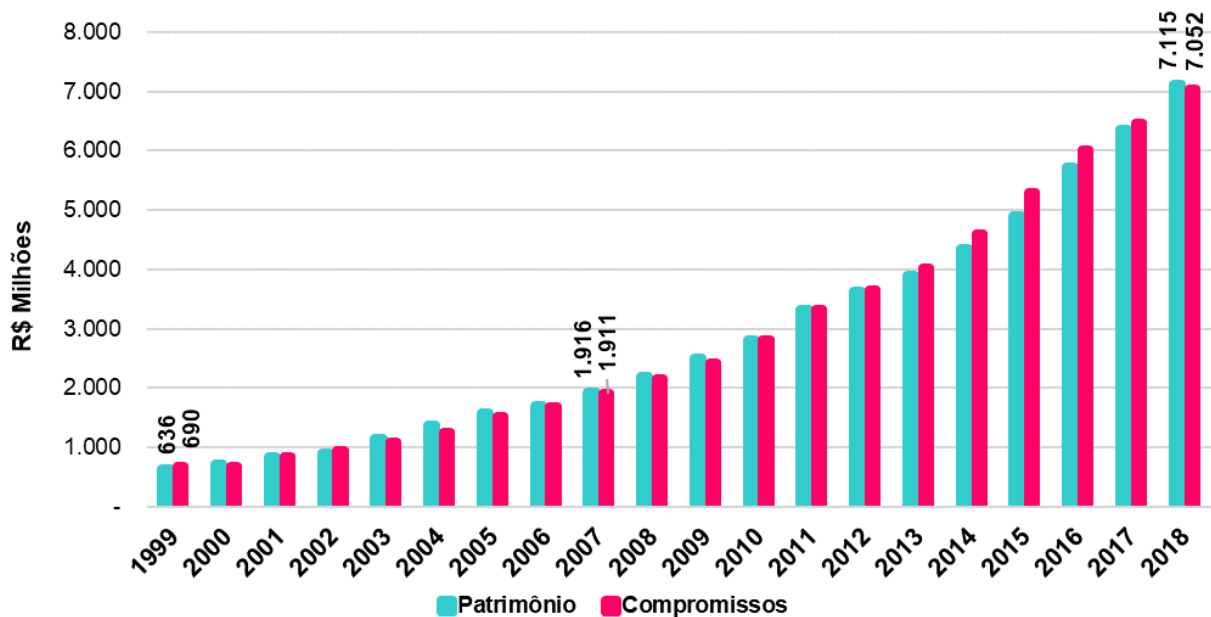
No gráfico 3, a seguir, está apresentada a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2018.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado foi superavitário em R\$ 63 milhões.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1999 - 2018)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri é patrocinadora de três planos com características distintas: dois de Benefício Definido (BD), um Básico e um Saldado, e um plano de Contribuição Variável (CV), o Epagri-FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Básico, Saldado e FlexCeres.

| Planos Básico e Saldado | Plano FlexCeres |
|---|---|
| Mesmo elenco de beneficiários | Mesmo elenco de beneficiários |
| Benefícios programados e de risco | Benefícios programados e de risco |
| Contribuições patronais de saldamento (plano Básico) | Contribuição patronal - limite de 7% dos salários de participação dos participantes |
| Plano de aposentadoria mutualista | Plano de aposentadoria individual |
| Benefício pré-definido (média dos 12 últimos salários de participação) | Meta de Benefício (depende do valor acumulado) |
| Não permite aumento do benefício, pois o limite é definido em função do salário de participação. | Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade. |
| Benefício de risco = baseado na média do salário de participação | Benefício de risco = baseado na meta programada |
| Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano | Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano |
| Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS. | Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 55 anos de idade e rescisão do contrato de trabalho |
| Aposentadoria proporcional (fator atuarial de antecipação de idade) | Aposentadoria proporcional ao valor acumulado (saldo de contribuições) |
| Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS | Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS |
| Reajuste do benefício: INPC | Reajuste benefício: com base na variação da cota patrimonial acumulada, limitada à variação do INPC. |

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE SEGURIDADE

A Política de Seguridade, aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2016, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2017 a 2019.

Na sua elaboração foram consideradas as regras estabelecidas na legislação de previdência complementar, as recomendações presentes nos Manuais e Guias de Melhores Práticas e também os critérios para uma administração segura e responsável de planos de benefícios de previdência complementar. Tem como objetivo geral orientar a gestão do passivo dos planos de benefícios administrados pela Ceres e como objetivos específicos:

- Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de seguridade por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Orientar os atores envolvidos na gestão de seguridade: Ceres, Patrocinadoras e Representantes dos planos; quanto às diretrizes da gestão do passivo necessárias para a condução dos trabalhos;
- Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos; e
- Dar claro entendimento a respeito das melhores práticas adotadas pela Ceres na gestão do passivo dos planos de benefícios ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Patrocinadores, Participantes e Assistidos, bem como aos Empregados, Provedores Externos de Serviços, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2018

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência.

Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2018, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2018, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A

decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefício.

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2018 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

| Premissa Atuarial | Plano | | |
|---|---------------|-------------------------------|------------------|
| | Epagri Básico | Epagri Saldado | Epagri FlexCeres |
| Tábua de Mortalidade Geral | AT 83 Male | BR-EMSsb-v.2010 Male & Female | |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | MI-85 M&F | | |
| Tábua de Entrada de Invalidez | | TASA 1927 | |
| Projeção de Crescimento Real do Salário | | | |
| Taxa Real de Juros | 5,77% | 5,70% | 5,64% |

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2018, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2018 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2018 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2018, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº4.661/2018 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de

Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

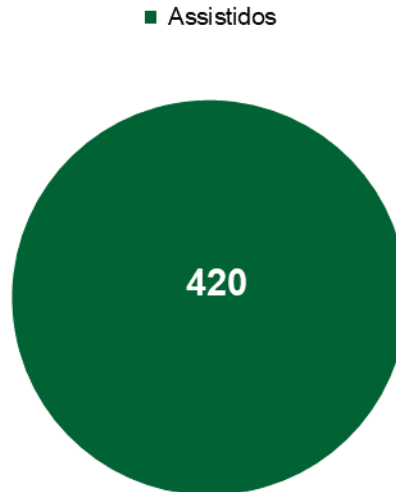
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO EPAGRI BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epagri Básico, fechado para novas adesões, detinha em 2018, um total de 420 indivíduos, sendo todos eles assistidos - aposentados e pensionistas (Gráfico 4).

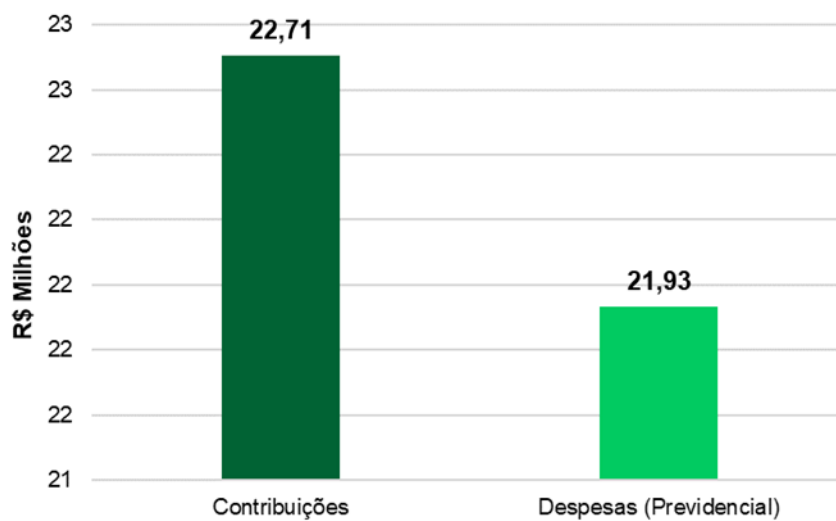
Gráfico 4: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2018, os participantes e assistidos, e sobretudo a patrocinadora, contribuíram com R\$ 22,7 milhões. No ano, foram pagos R\$ 21,9 milhões aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 10,99%, passando de R\$ 108 milhões, em 2018, para R\$ 120 milhões, em 2018 (Quadro 4).

Em 2018, do total de R\$ 116 milhões (98% do ativo total), R\$ 110 milhões (92,26%) estavam investidos basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa e um fundo de renda variável, todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Básico (2018/2018).

| ATIVO | | | PASSIVO | R\$ Mil | |
|---------------------------------|---------|---------|---|---------|---------|
| | 2018 | 2017 | | 2018 | 2017 |
| DISPONÍVEL | 5 | 9 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 642 | 638 |
| REALIZÁVEL | 119.560 | 107.720 | Gestão Previdencial | 629 | 619 |
| Gestão Previdencial | 2.261 | 3.727 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Gestão Administrativa | 674 | 547 | Investimentos | 14 | 19 |
| Investimentos | 116.625 | 103.446 | EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 600 | 662 |
| Títulos Públicos | 0 | 0 | Gestão Previdencial | 0 | 0 |
| Ações | 0 | 0 | Investimentos | 600 | 662 |
| Fundos de Investimentos | 110.313 | 97.405 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 118.323 | 106.429 |
| Investimentos Imobiliários | 4.363 | 4.029 | Patrimônio de Cobertura do Plano | 116.930 | 105.198 |
| Empréstimos e Financiamentos I. | 1.736 | 1.788 | Provisões Matemáticas | 121.360 | 109.840 |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 212 | 224 | Benefícios Concedidos | 193.581 | 194.090 |
| Outros Realizáveis | 2 | 0 | Benefícios a Conceder | 0 | 0 |
| PERMANENTE | 0 | 0 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 72.221 | 84.250 |
| Imobilizado | 0 | 0 | Equilíbrio Técnico | (4.429) | (4.642) |
| | | | Resultados Realizados | (4.429) | (4.642) |
| | | | FUNDOS | 1.393 | 1.231 |
| | | | Fundos Previdenciais | 0 | 0 |
| | | | Fundos Administrativos | 674 | 547 |
| | | | Fundos dos Investimentos | 718 | 684 |
| TOTAL DO ATIVO | 119.565 | 107.728 | TOTAL DO PASSIVO | 119.565 | 107.728 |

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 193,6 milhões, dos quais R\$ 72,2 milhões se referem a recursos de responsabilidade da patrocinadora que serão integralizados no plano.

Em 2018, os fundos administrativos somaram R\$ 674 mil e os fundos de investimentos R\$ 718 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Básico, no ano de 2018, foi de 11,15%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,77% a.a.) fechada em 9,40% no mesmo período.

Quadro 5: Resultados do plano em 2018

| | |
|---|-------------------|
| Resultado Contábil acumulado em 2017 | -4.642.317 |
| Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018 | -11.519.724 |
| Resultado positivo dos Investimentos em 2018 | 11.298.717 |
| Contribuições Previdenciárias | 22.705.403 |
| Despesas Previdenciárias | -21.934.262 |
| Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos | -337.086 |
| Resultado Contábil em 2018 | -4.429.268 |
| Ajuste de Precificação | 4.429.268 |
| Resultado Técnico Ajustado em 2018 | 0 |

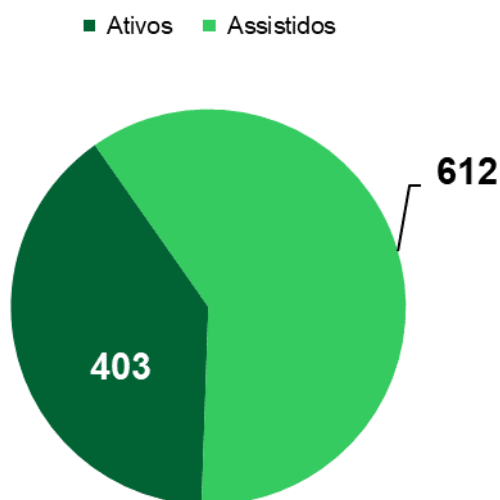
Quando esse plano é analisado em termos de equilíbrio técnico ajustado, que representa à valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento, ou seja, até o final do seu ciclo de vida, tem-se que o plano se encontra equiparado.

PLANO EPAGRI SALDADO

Número de participantes

O Plano Epagri Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2018, um total de 1.020 associados (Gráfico 6), sendo 403 participantes (40%) e 612 aposentados e pensionistas (60%).

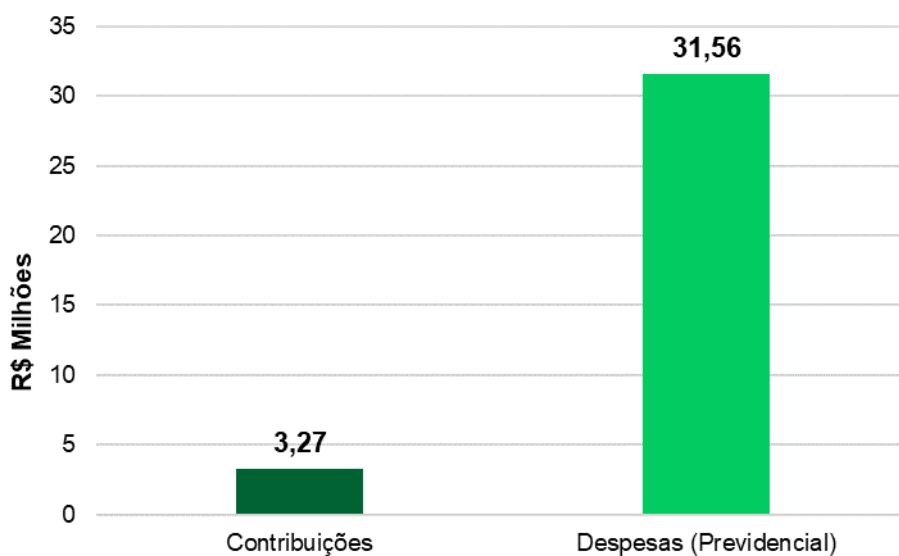
Gráfico 6: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,2 milhões e foram pagos no ano R\$ 31,6 milhões aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Epagri Saldado cresceu 5,18%, passando de R\$ 476 milhões em 2017 para R\$ 501 milhões, em 2018 (Quadro 6).

Em 2018, do total de R\$ 499 milhões (99,6% do ativo total), R\$ 474 milhões (95% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa e um todos exclusivos e de gestão própria da Fundação. Os montantes investidos nos segmentos imobiliário e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena (4,91%) do ativo total.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Saldado (2017/2018).

| | | R\$ Mil | | | |
|---------------------------------|---------|---------|---|---------|---------|
| ATIVO | 2018 | 2017 | PASSIVO | 2018 | 2017 |
| DISPONÍVEL | 15 | 42 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 482 | 481 |
| REALIZÁVEL | 501.374 | 476.670 | Gestão Previdencial | 416 | 408 |
| Gestão Previdencial | 80 | 77 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Gestão Administrativa | 2.219 | 1.794 | Investimentos | 66 | 73 |
| Investimentos | 499.074 | 474.798 | EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 86 | 169 |
| Títulos Públicos | 0 | 0 | Gestão Previdencial | 0 | 0 |
| Ações | 0 | 0 | Investimentos | 86 | 169 |
| Fundos de Investimentos | 474.291 | 452.012 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 500.820 | 476.062 |
| Investimentos Imobiliários | 20.469 | 18.911 | Patrimônio de Cobertura do Plano | 496.509 | 472.441 |
| Empréstimos e Financiamentos I. | 4.150 | 3.665 | Provisões Matemáticas | 483.865 | 448.860 |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 157 | 210 | Benefícios Concedidos | 372.441 | 331.062 |
| Outros Realizáveis | 7 | 0 | Benefícios a Conceder | 111.424 | 117.797 |
| PERMANENTE | 0 | 0 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 0 | 0 |
| Imobilizado | 0 | 0 | Equilíbrio Técnico | 12.644 | 23.581 |
| | | | Resultados Realizados | 12.644 | 23.581 |
| | | | FUNDOS | 4.312 | 3.621 |
| | | | Fundos Previdenciais | 0 | 0 |
| | | | Fundos Administrativos | 2.219 | 1.794 |
| | | | Fundos dos Investimentos | 2.093 | 1.827 |
| TOTAL DO ATIVO | 501.388 | 476.711 | TOTAL DO PASSIVO | 501.388 | 476.711 |

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 372 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou de R\$ 111 milhões.

Em 2018, os fundos administrativos somaram R\$ 2,2 milhões e os fundos de investimentos R\$ 2,01 milhões.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 35 milhões dos compromissos previdenciários.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Saldado no ano de 2018 foi de 11,86%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,78% a.a.) fechada em 9,33% no mesmo período.

Quadro 7: Resultados do plano em 2018

| | |
|---|-------------------|
| Resultado Contábil acumulado em 2017 | 23.580.839 |
| Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018 | -35.005.062 |
| Resultado positivo dos Investimentos em 2018 | 53.193.775 |
| Contribuições Previdenciárias | 3.269.757 |
| Despesas Previdenciárias | -31.557.666 |
| Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos | -838.050 |
| Resultado Contábil em 2018 | 12.643.593 |
| Ajuste de Precificação | 19.421.710 |
| Resultado Técnico Ajustado em 2018 | 12.643.593 |

O resultado técnico ajustado do plano Epagri Saldado em 2018 foi positivo em R\$ 12,7 milhões.

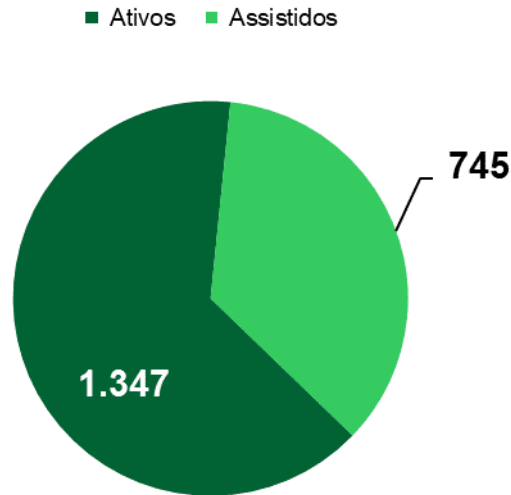
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2017, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAGRI FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Epagri FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2018, um total de 2.092 associados, sendo 1.347 participantes (64,4%) e 745 aposentados e pensionistas (35,6%), conforme apresentado no Gráfico 8, a seguir.

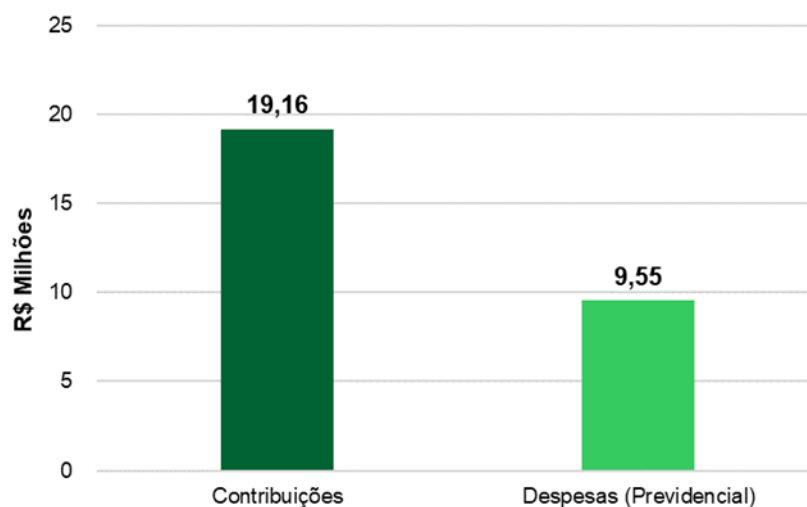
Gráfico 8: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 19,16 milhões. Das despesas previdenciárias, R\$ 9,6 milhões foram destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões.

Gráfico 9: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Epagri-FlexCeres cresceu 14,4%, passando de R\$ 252 milhões em 2017 para R\$ 288 milhões em 2018 (Quadro 8).

Em 2018, do total de R\$ 284,5 milhões (98,7% do ativo total), R\$ 283 milhões estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa e um fundo de renda variável, todos exclusivos e de gestão própria da Fundação. Os montantes investidos em operações com participantes (empréstimos) representam uma parcela pequena (0,54%) do ativo total.

Quadro 8: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri FlexCeres (2017/2018)

| ATIVO | | | PASSIVO | R\$ Mil | |
|---------------------------------|---------|---------|---|---------|---------|
| | 2018 | 2017 | | 2018 | 2017 |
| DISPONÍVEL | 6 | 14 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 599 | 617 |
| REALIZÁVEL | 288.399 | 252.098 | Gestão Previdencial | 576 | 614 |
| Gestão Previdencial | 2.520 | 483 | Gestão Administrativa | 0 | 0 |
| Gestão Administrativa | 1.344 | 1.022 | Investimentos | 23 | 3 |
| Investimentos | 284.534 | 250.593 | EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 0 | 0 |
| Títulos Públicos | 0 | 0 | Gestão Previdencial | 0 | 0 |
| Ações | 0 | 0 | Investimentos | 0 | 0 |
| Fundos de Investimentos | 282.984 | 249.367 | PATRIMÔNIO SOCIAL | 287.806 | 251.495 |
| Investimentos Imobiliários | 0 | 0 | Patrimônio de Cobertura do Plano | 271.377 | 238.193 |
| Empréstimos e Financiamentos I. | 1.550 | 1.226 | Provisões Matemáticas | 264.225 | 226.817 |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 0 | 0 | Benefícios Concedidos | 106.651 | 69.217 |
| Outros Realizáveis | 0 | 0 | Benefícios a Conceder | 157.573 | 157.600 |
| PERMANENTE | 0 | 0 | (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 0 | 0 |
| Imobilizado | 0 | 0 | Equilíbrio Técnico | 7.152 | 11.376 |
| | | | Resultados Realizados | 7.152 | 11.376 |
| | | | FUNDOS | 16.429 | 13.302 |
| | | | Fundos Previdenciais | 14.935 | 12.142 |
| | | | Fundos Administrativos | 1.344 | 1.022 |
| | | | Fundos dos Investimentos | 150 | 138 |
| TOTAL DO ATIVO | 288.405 | 252.112 | TOTAL DO PASSIVO | 288.405 | 252.112 |

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 106 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 158 milhões.

Em 2018, os fundos previdências totalizaram R\$ 15 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 1,34 milhão e os fundos de investimentos R\$ 150 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 9. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 37 milhões dos compromissos previdenciários.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri FlexCeres no ano de 2018 foi de 11,01% tendo o índice de referência (INPC + 5,64% a.a.) fechado em 9,38%.

Quadro 9: Resultados do plano em 2018

| | |
|---|-------------------|
| Resultado Contábil acumulado em 2017 | 11.375.625 |
| Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018 | -37.407.094 |
| Resultado positivo dos Investimentos em 2018 | 27.339.717 |
| Contribuições Previdenciárias | 19.164.786 |
| Despesas Previdenciárias | -9.549.697 |
| Constituição/reversão para fundo previdencial | -2.792.966 |
| Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos | -978.373 |
| Resultado Contábil em 2018 | 7.151.999 |
| Ajuste de Precificação | 1.325.021 |
| Resultado Técnico Ajustado em 2018 | 7.151.999 |

O resultado técnico ajustado do plano Epagri FlexCeres em 2018 foi positivo em R\$ 7,2 milhões.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2017, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAGRI

O patrocinador Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento de operações com participantes a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

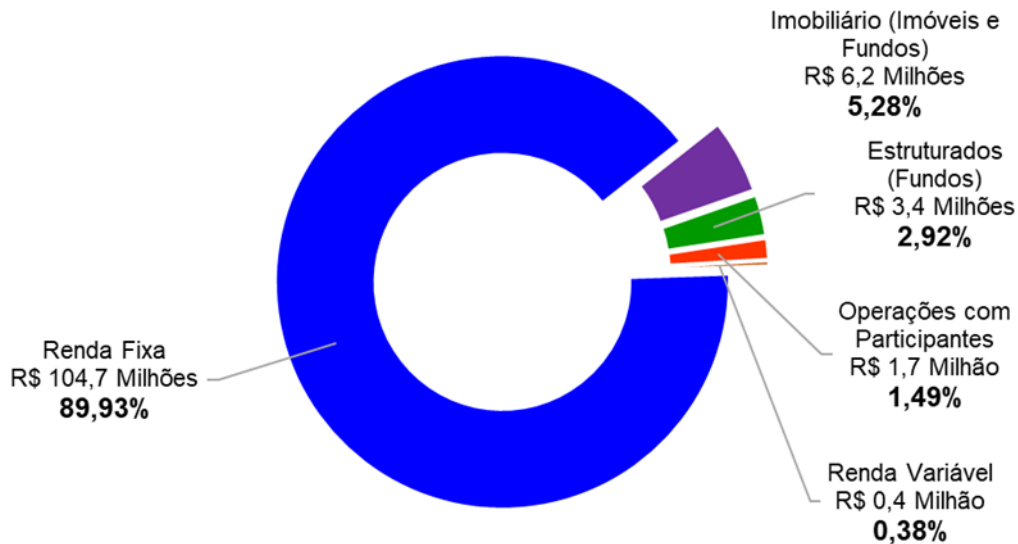
Com relação aos demais segmentos (renda variável, estruturado e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO EPAGRI BÁSICO

Os recursos desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 89,93% do total das aplicações, seguido das alocações em imobiliário, com 5,28% do montante investido. Em investimentos estruturados estão alocados 2,92% do total investido, em operações com participantes 1,49% e em renda variável apenas 0,38% (Gráfico 10).

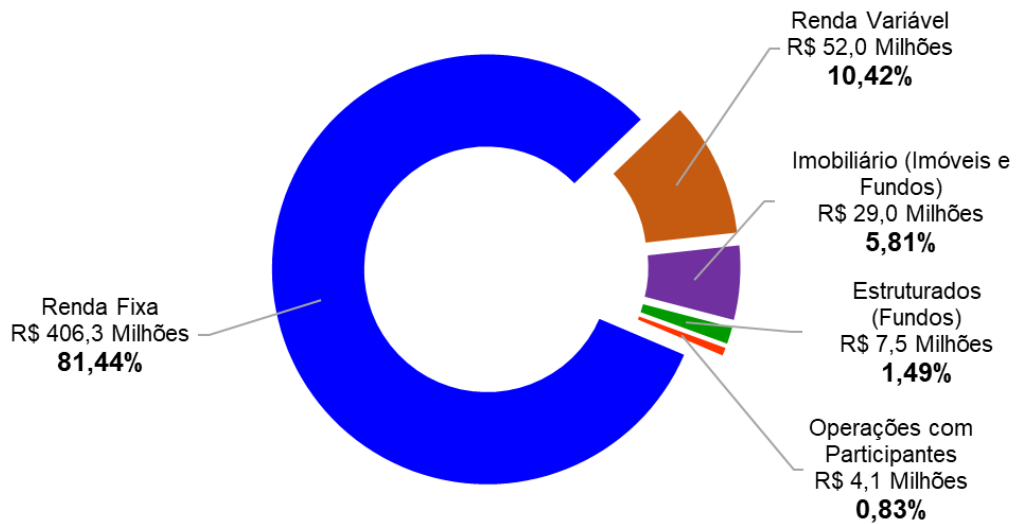
Gráfico 10: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAGRI SALDADO

Os recursos desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 81,44% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, com 10,42% do montante investido. Em imóveis estão alocados 5,81% do total investido, em investimentos estruturados 1,49%, e em operações com participantes 0,83% (Gráfico 11).

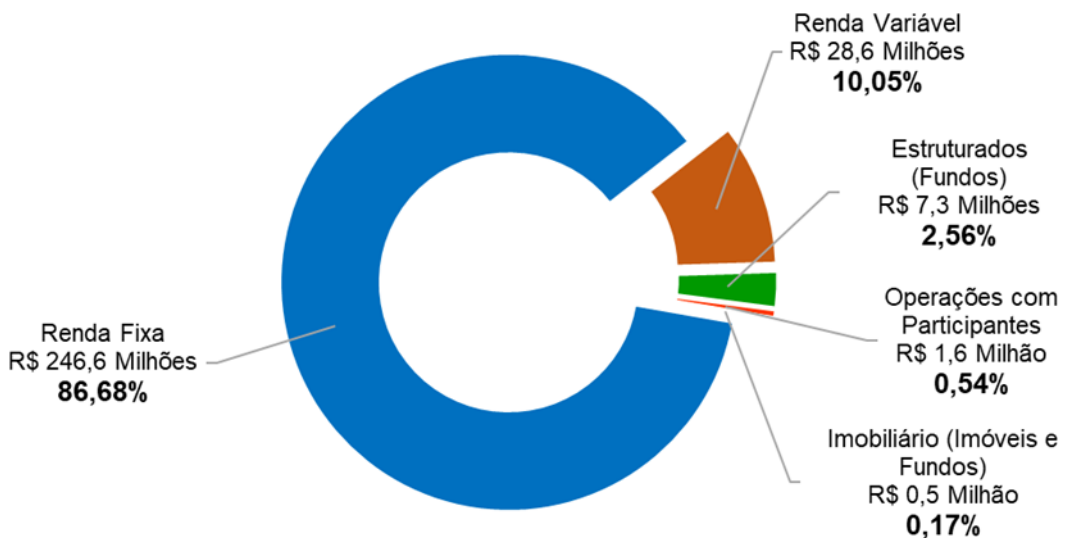
Gráfico 11: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAGRI FLEXCERES

Os recursos desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 86,68% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, com 10,05% do montante investido. Em investimentos estruturados estão alocados 2,56% do total investido e em operações com participantes 0,54%, e imobiliário 0,17% (Gráfico 12).

Gráfico 12: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



RESULTADOS EM 2018

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2018 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial e oferta abundante de bens e serviços, e a conseqüente redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

É importante destacar que a distribuição dos investimentos difere para cada plano de benefícios, podendo alguns planos deterem investimentos em determinados segmentos (renda fixa e/ou renda variável e/ou estruturados e/ou imobiliário e/ou operações com participantes) e outros não.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Os retornos dos investimentos foram de 11,24% no plano Epagri Básico, 11,29% no plano Epagri Saldado e de 11,10% no plano Epagri FlexCeres.

Do total do plano Epagri Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 105 milhões, 88,39% foram alocados em títulos públicos e 11,64% em títulos privados (Quadro 10).

Ao final de 2018, o plano Epagri Saldado detinha R\$ 406 milhões investidos no segmento de renda fixa, sendo a maior parcela (88,6%) alocada em títulos públicos.

Dos recursos do plano Epagri FlexCeres investidos em renda fixa, 71,45% estão alocados em títulos públicos e 28,55% em títulos privados (Quadro 10). Em 2018, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 247 milhões.

Quadro 10: Composição dos ativos de renda fixa em 2018 (R\$).

| Investimentos/Ativos | Epagri Básico | % sobre o Total Geral | Epagri Saldado | % sobre o Total Geral | Epagri FlexCeres | % sobre o Total Geral |
|---|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| NTN-B - Nota do Tesouro Nacional série B | 74.225.413 | 70,90% | 288.797.225 | 71,08% | 133.752.381 | 54,23% |
| NTN-C - Nota do Tesouro Nacional série C | 11.782.777 | 11,26% | 45.838.539 | 11,28% | - | 0,00% |
| LTN - Letra do Tesouro Nacional | 6.521.030 | 6,23% | 25.371.281 | 6,24% | 42.467.468 | 17,22% |
| Total - Títulos Públicos | 92.529.220 | 88,39% | 360.007.045 | 88,60% | 176.219.849 | 71,45% |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | 785.149 | 0,75% | 3.057.629 | 0,75% | 7.580.813 | 3,07% |
| CCI - Cédula de Crédito Imobiliário | 360.139 | 0,34% | 584.008 | 0,14% | - | 0,00% |
| CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários | 900.257 | 0,86% | 2.813.645 | 0,69% | 3.228.276 | 1,31% |
| Debêntures | 3.628.047 | 3,47% | 14.208.888 | 3,50% | 19.418.619 | 7,87% |
| Letra Financeira | 5.811.041 | 5,55% | 22.954.113 | 5,65% | 32.056.258 | 13,00% |
| FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios | 705.311 | 0,67% | 2.745.133 | 0,68% | 8.138.194 | 3,30% |
| Total - Títulos Privados e Fundos | 12.189.944 | 11,64% | 46.363.416 | 11,41% | 70.422.160 | 28,55% |
| Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos) | - 32.417 | -0,03% | - 60.425 | -0,01% | - 12.680 | -0,01% |
| Total Geral - (Títulos Públicos e Privados) | 104.686.746 | | 406.310.036 | | 246.629.328 | |

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2018, as aplicações dos planos patrocinados pela Epagri totalizaram R\$ 81 milhões, sendo aproximadamente R\$ 442 mil relativos ao plano Básico, R\$ 52 milhões ao plano Saldado e R\$ 29 milhões ao plano FlexCeres (Quadro 11 e 12).

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, com gestão própria da Fundação Ceres e que concentra cerca de 97% dos recursos alocados em renda variável. Além do Fundo Agrociência, os planos possuem investimentos em dois fundos com gestão terceirizada que concentram aproximadamente 3% dos recursos aplicados em renda variável. Esses fundos investem em diferentes setores da economia como alimentação, mineração, petróleo, siderurgia, finanças, entre outros.

O desempenho em renda variável proporcionou uma rentabilidade de 18,10% ao plano Básico, 10,93% ao plano Saldado e 10,73% ao plano FlexCeres.

Os recursos investidos pelos planos no Fundo Agrociência estavam assim distribuídos, conforme o Quadro 11.

Quadro 11: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

| Ação/Papel | Epagri Básico | % sobre o Total | Epagri Saldado | % sobre o Total | Epagri FlexCeres | % sobre o Total |
|---------------------------------|---------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| B3/ON | - | - | 1.261.965 | 2,54% | 709.885 | 2,54% |
| BRANCO/PN | - | - | 4.271.896 | 8,59% | 2.403.040 | 8,59% |
| BRF FOODS/ ON | - | - | 3.153.690 | 6,34% | 1.774.024 | 6,34% |
| CCR RODOVIAS/ON | - | - | 2.613.811 | 5,26% | 1.470.329 | 5,26% |
| HYPERMARCAS/ON | - | - | 3.058.643 | 6,15% | 1.720.557 | 6,15% |
| ISHARES BOVA | - | - | 4.863.448 | 9,78% | 2.735.802 | 9,78% |
| ITAÚ UNIBANCO/PN | - | - | 4.993.937 | 10,04% | 2.809.205 | 10,04% |
| LOJAS RENNEN/ON | - | - | 5.712.164 | 11,48% | 3.213.225 | 11,48% |
| PETROBRAS/PN | - | - | 3.339.241 | 6,71% | 1.878.401 | 6,71% |
| TAESA/UNIT | - | - | 2.525.174 | 5,08% | 1.420.469 | 5,08% |
| TEL. BRASIL/PN | - | - | 3.048.481 | 6,13% | 1.714.841 | 6,13% |
| VALE/PN | - | - | 4.591.384 | 9,23% | 2.582.760 | 9,23% |
| VALID/ON | - | - | 2.042.702 | 4,11% | 1.149.067 | 4,11% |
| LTN - Letra do Tesouro Nacional | - | - | 3.681.730 | 7,40% | 2.071.059 | 7,40% |
| Contas a Pagar/a Receber | - | - | 577.690 | 1,16% | 324.964 | 1,16% |
| Total | - | - | 49.735.956 | 100,00% | 27.977.629 | 100,00% |

A identificação dos fundos de gestão terceirizada, dos respectivos gestores e os montantes aplicados estão apresentados no Quadro 12:

Quadro 12: Composição, gestores e fundos de renda variável (gestão terceirizada) em R\$.

| Fundo | Gestor Externo | Epagri Básico | % sobre o Total | Epagri Saldado | % sobre o Total | Epagri FlexCeres | % sobre o Total |
|------------------------------|---------------------------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| FIA Fator Sinergia V | Fator Administração de Recursos | 249.923 | 56,61% | 1.277.387 | 56,22% | 324.803 | 52,12% |
| FIA Sul America Expertise II | Sul América DTVM S.A. | 191.523 | 43,39% | 994.689 | 43,78% | 298.332 | 47,88% |
| Total | | 441.447 | 100,00% | 2.272.076 | 100,00% | 623.136 | 100,00% |

ESTRUTURADOS

Os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 18,1 milhões em 2018, sendo R\$ 3,4 milhões no plano Epagri Básico, R\$ 7,4 milhões no plano Epagri Saldado e R\$ 7,3 milhão no plano Epagri FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 18 (dezoito) fundos de investimentos, sendo 5 (cinco) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM, 12 (doze) Fundos de Investimentos em Participações - FIP e 1 (um) Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

No ano, a rentabilidade obtida foi de 15,05%, no plano Básico, 20,68% no plano Saldado e 13,62% no plano FlexCeres.

Ao final de 2018, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 13):

Quadro 13: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

| Fundo | Gestor Externo | Epagri Básico | % sobre o Total Geral | Epagri Saldado | % sobre o Total Geral | Epagri FlexCeres | % sobre o Total Geral |
|--|--------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| FIM Ibiuna Hedge | Ibiuna Gestão | 358.620 | 10,56% | - | 0,00% | 1.193.305 | 16,40% |
| FIM Garde Dumas | Gard Asset | 364.589 | 10,73% | - | 0,00% | 1.213.166 | 16,68% |
| FIM Modal Tactical | Modal Asset | 378.888 | | - | | 1.260.745 | |
| FIM Neo Mult Estratégia | Neo Gestão | 379.426 | 11,17% | - | 0,00% | 1.262.537 | 17,35% |
| FIM Bahia Am Marau | Bahia Asset | 386.996 | 11,39% | - | 0,00% | 1.287.726 | 17,70% |
| Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados) | | 1.868.520 | 43,84% | - | 0,00% | 6.217.480 | 68,13% |
| FIP Nordeste II | Vinci Partners | 61 | 0,00% | 286 | 0,00% | - | 0,00% |
| FIP Caixa Ambiental | Mantiq Investimentos S/A | 14.115 | 0,42% | 65.743 | 0,88% | - | 0,00% |
| FIP Brasil Mezanino | Darby Stratus Adm de Inv. Ltda | 16.804 | 0,49% | 78.269 | 1,05% | - | 0,00% |
| FIP Mercatto Alimentos | Mercatto Gestão de Recursos | 32.498 | 0,96% | 151.368 | 2,03% | - | 0,00% |
| FIP Investidores Institucionais III | Angra Patners Ltda | 59.739 | 1,76% | 278.249 | 3,73% | - | 0,00% |
| FIP Inseed FIMA | Inseed Investimentos Ltda | 87.792 | 2,58% | 455.583 | 6,11% | 135.147 | 1,86% |
| FIP DGF FICPAC 2 | DGF Gestão de Fundos Ltda | 151.860 | 4,47% | 748.149 | 10,03% | 239.791 | 3,30% |
| FIP Brasil Agronegócio | BRZ Investimentos Ltda | 192.410 | 5,66% | 896.200 | 12,02% | - | 0,00% |
| FIP Caixa Incorporação Imobiliária | Caixa Econ. Federal | 190.533 | 5,61% | 998.524 | 13,39% | 286.195 | 3,93% |
| FIP Empreendedor Brasil | BRZ Investimentos | 250.175 | 7,36% | 1.165.255 | 15,63% | - | 0,00% |
| FIP Angra Infra | Angra Patners Ltda | 272.431 | 8,02% | 1.268.918 | 17,02% | - | 0,00% |
| FIP BTG Infraestrutura II FIC | BTG Pactual Gestora Rec. Ltda | 257.454 | 7,58% | 1.336.012 | 17,92% | 396.324 | 5,45% |
| Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações) | | 1.525.873 | 44,91% | 7.442.557 | 99,80% | 1.057.456 | 14,54% |
| FMIEE Fipac Participações | DGF Gestão de Fundos Ltda | 3.201 | 0,09% | 14.910 | 0,20% | - | 0,00% |
| Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes) | | 3.201 | 0,09% | 14.910 | 0,20% | 0 | 0,00% |
| Total Geral (FIM, FIP e FMIEE) | | 3.397.594 | | 7.457.467 | | 7.274.936 | |

IMOBILIÁRIO

Os ativos alocados nesse segmento têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda de aluguéis dos imóveis e dos recebíveis dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII

Do total investido, do plano Epagri Básico, isto é, R\$ 6,2 milhões, 70% estavam alocados em imóveis, com R\$ 4,4 milhões (Quadro 14), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 30%, perfazendo R\$ 1,8 milhões, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 15), da qual a gestão é terceirizada.

No tocante ao plano Epagri Saldado, ao final de 2018, R\$ 20,5 milhões estavam alocados em imóveis e R\$ 8,5 milhões em Fundos de Investimentos Imobiliários.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Epagri FlexCeres, totalizaram R\$ 479 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 15)

Quadro 14: Composição e valor dos ativos –imóveis - 2018.

| Ativo/Local | Epagri Básico | % sobre o Total | Epagri Saldado | % sobre o Total |
|----------------------------------|------------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| Shopping Center | 3.106.216 | 71,19% | 14.467.997,43 | 70,68% |
| Shopping Conjunto Nacional - DF | 1.733.839 | 39,74% | 8.075.799,29 | 39,45% |
| Shopping Center Recife - PE | 1.372.377 | 31,45% | 6.392.198,14 | 31,23% |
| Prédios Comerciais | 961.234 | 22,03% | 4.477.192,16 | 21,87% |
| Edifício José Guerra - SP | 443.634 | 10,17% | 2.066.337,01 | 10,09% |
| Edifício Cenesp Bloco "C" - SP | 296.225 | 6,79% | 1.379.744,37 | 6,74% |
| Edifício Cenesp Bloco "J" - SP | 21.369 | 0,49% | 99.533,55 | 0,49% |
| Edifício Ceres - DF | 200.006 | 4,58% | 931.577,23 | 4,55% |
| Salas Comerciais | 295.732 | 6,78% | 1.524.113,80 | 7,45% |
| Edifício Corporate Sala 303 - DF | 141.585 | 3,24% | 729.686,58 | 3,56% |
| Edifício Corporate Sala 304 - DF | 154.147 | 3,53% | 794.427,22 | 3,88% |
| TOTAL | 4.363.181 | | 20.469.303 | |

Quadro 15: Relação Fundos Imobiliários - 2018.

| Fundo | Gestor Externo | Epagri Básico | % sobre o Total Geral | Epagri Saldado | % sobre o Total Geral | Epagri FlexCeres | % sobre o Total Geral |
|--|-------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| FII RB Capital | RB Capital Investimentos Ltda | 85.995 | 4,81% | 442.890 | 5,20% | 98.595 | 20,58% |
| FII Claritas Logística | Claritas Adm. de Recursos | 285.252 | 15,96% | 1.480.467 | 17,39% | 380.457 | 79,42% |
| FII Hermes | Rio Bravo DTVM Ltda | 364.308 | 20,38% | 1.691.294 | 19,86% | 0 | 0,00% |
| FII Projeto Água Branca | Coinvalores CCVM Ltda | 1.051.957 | 58,85% | 4.899.760 | 57,55% | 0 | 0,00% |
| Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários) | | 1.787.512 | 100,00% | 8.514.411 | 100,00% | 479.052 | 100,00% |

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Ao final de 2018, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 1,8 milhão no plano Epagri Básico (Quadros 16 e 17), correspondente a 1,49% do total de recursos do plano; R\$ 4,1 milhões no plano Epagri Saldado (0,83% dos recursos investidos) e R\$ 1,6 milhão no plano Epagri FlexCeres (Quadro 20), equivalente a 0,54% dos investimentos desse plano.

Ressalta-se que o plano Epagri FlexCeres não possui recursos aplicados em financiamento imobiliário.

Quadro 16: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri Básico).

| Descrição | 2017 | 2018 | Variação (%) |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| Valor Total da Carteira | 1.756.341,65 | 1.719.324,76 | -2,11% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 80 | 82 | 2,50% |
| Concessões de Empréstimos no período - R\$ | 1.134.880,86 | 907.511,60 | -20,03% |
| Quantidade de Concessões no período | 29 | 31 | 6,90% |

Quadro 17: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Epagri Básico).

| Descrição | 2017 | 2018 | Variação (%) |
|---|------------------|------------------|----------------|
| Valor Total da Carteira | 31.207,51 | 16.248,83 | -47,93% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 1 | 1 | 0,00% |

Quadro 18: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri Saldado).

| Descrição | 2017 | 2018 | Variação (%) |
|---|---------------------|---------------------|--------------|
| Valor Total da Carteira | 3.662.370,09 | 3.686.497,03 | 0,66% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 196 | 177 | -9,69% |
| Concessões de Empréstimos no período - R\$ | 2.064.711,90 | 1.963.124,74 | -4,92% |
| Quantidade de Concessões no período | 71 | 71 | 0,00% |

Quadro 19: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Epagri Saldado).

| Descrição | 2017 | 2018 | Variação (%) |
|---|-----------------|-------------------|------------------|
| Valor Total da Carteira | 2.584,13 | 463.290,25 | 17828,29% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 3 | 1 | -66,67% |

Quadro 20: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epagri FlexCeres).

| Descrição | 2017 | 2018 | Varição (%) |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| Valor Total da Carteira | 1.226.283,95 | 1.550.387,48 | 26,43% |
| Quantidade de Contratos no final do exercício | 118 | 116 | -1,69% |
| Concessões de Empréstimos no período - R\$ | 730.684,23 | 976.145,90 | 33,59% |
| Quantidade de Concessões no período | 45 | 54 | 20,00% |

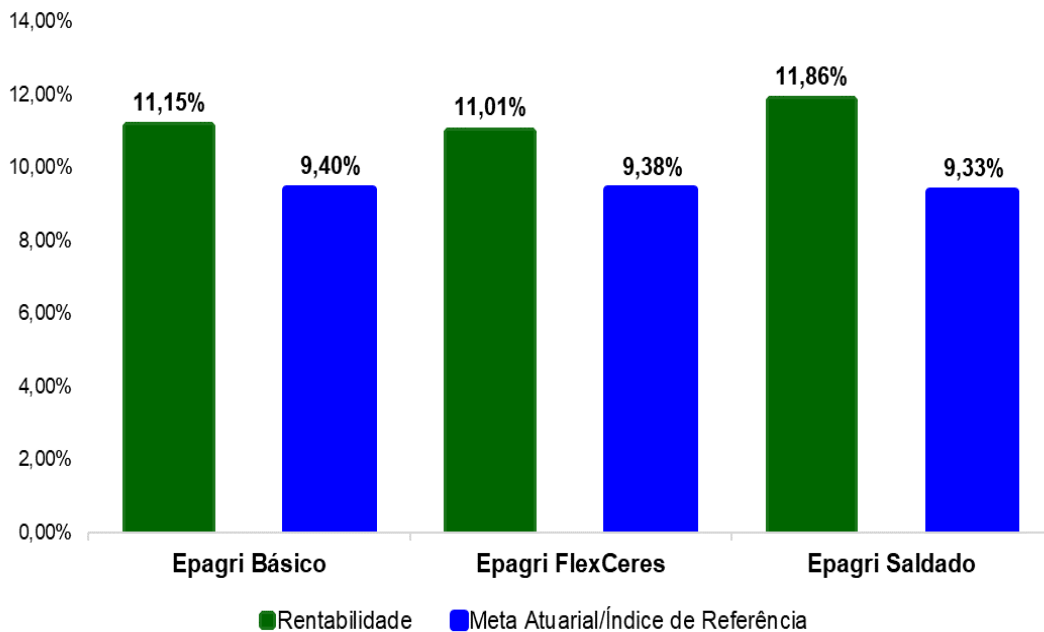
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A Política de Investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

Em 2018, as rentabilidades dos planos patrocinados pela Epagri superaram as respectivas metas atuariais e índices de referências.

Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 13: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2018, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAGRI FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV) os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial do plano e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor de participação de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores utilizados para constituição dos fundos presidenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do método da Taxa Interna de Retorno (TIR)².

Ao longo de 2018, o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 3,43% pelo INPC e de 3,75% pelo IPCA (Quadro 21).

Isso significa que a cota do plano Epagri FlexCeres apresentou uma valorização real muito acima da inflação no período.

Quadro 21: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2018.

| Plano | Valor da Cota R\$ Dezembro/2017 | Valor da Cota R\$ Dezembro/2018 | Variação da Cota Patrimonial em 2018 |
|------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|
| Epagri FlexCeres | 4,06122840 | 4,51393061 | 11,15% |

² A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2018, as despesas administrativas totalizaram R\$ 27,9 milhões, representando uma variação de 3,85% em relação a 2017, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 22: Despesas administrativas consolidada – 2017/2018 – (R\$).

| Rubricas | Gestão 2018 | | 2018 | 2017 | Variação % | Média Ponderada |
|---|----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|----------------|-----------------|
| | Previdencial | Investimentos | | | | |
| Pessoal e Encargos | 10.166.328,48 | 10.167.862,72 | 20.334.191 | 18.527.678 | 9,75% | 7,09% |
| Treinamentos/Congressos e Seminários | 71.212,09 | 72.625,37 | 143.837 | 236.518 | -39,19% | -0,20% |
| Viagens e Estadias | 162.124,09 | 162.044,61 | 324.169 | 187.289 | 73,08% | 0,85% |
| Serviços de Terceiros | 1.109.160,31 | 819.892,58 | 1.929.053 | 2.424.965 | -20,45% | -1,41% |
| Auditoria Contábil | 33.042,00 | 33.042,00 | 66.084 | 82.605 | -20,00% | -0,05% |
| Consultoria de Investimentos | - | 120.738,92 | 120.739 | 152.758 | -20,96% | -0,09% |
| Consultoria Jurídica | 539.186,16 | 273.241,32 | 812.427 | 1.059.061 | -23,29% | -0,68% |
| Consultoria Gestão/Planejamento | 28.206,00 | 28.206,10 | 56.412 | 122.313 | -53,88% | -0,11% |
| Consultoria Recursos Humanos | 2.856,00 | 2.856,00 | 5.712 | 15.431 | -62,98% | -0,01% |
| Consultoria Informática | 290.568,93 | 360.094,05 | 650.663 | 774.362 | -15,97% | -0,37% |
| Consultoria Atuarial | 213.587,04 | - | 213.587 | 213.587 | 0,00% | 0,00% |
| Pessoa Física | 3.428,37 | - | 3.428 | 4.848 | -29,28% | 0,00% |
| Despesas Gerais | 1.530.229,46 | 1.430.582,01 | 2.960.811 | 3.356.318 | -11,78% | -1,25% |
| Depreciações e Amortizações | 101.145,42 | 101.145,17 | 202.291 | 235.261 | -14,01% | -0,10% |
| Tributos | 1.043.960,66 | 1.043.960,77 | 2.087.921 | 1.976.476 | 5,64% | 0,42% |
| Total das Despesas Administrativas | 14.184.160,51 | 13.798.113,23 | 27.982.274 | 26.944.504 | 3,85% | |

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2018 foi de R\$ 7,2 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 72 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 39% do que seria o custo estimado da administração.

A Taxa de Administração, cujo limite legal é de 1,0%, é a relação entre a despesa administrativa e os recursos garantidores. Para 2018 foi estabelecido um valor de 0,42% e o valor obtido ao final do exercício foi de 0,39%. De modo geral, os resultados gerais alcançados em 2018 no Plano de Gestão Administrativa podem ser considerados adequados, satisfatórios e competitivos.

No quadro seguinte (Quadro 23), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 23: Despesas administrativas por plano – 2018 – (R\$).

| Plano | Pessoal e Encargos | Treinamentos/ Congressos e Seminários | Viagens e Estadias | Serviços de Terceiros | Despesas Gerais | Depreciações e Amortizações | Tributos | Total |
|------------------|--------------------|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------------|----------|------------------|
| Epagri Básico | 377.980 | 2.674 | 6.026 | 35.858 | 55.037 | 3.760 | 38.811 | 520.146 |
| Epagri Saldado | 1.277.313 | 9.035 | 20.363 | 121.175 | 185.986 | 12.707 | 131.155 | 1.757.735 |
| Epagri FlexCeres | 1.019.015 | 7.208 | 16.245 | 96.671 | 148.376 | 10.137 | 104.633 | 1.402.287 |

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 24, seguinte, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2017 e de 2018.

Quadro 24: Despesas específicas de investimentos consolidada – 2017/2018 – (R\$).

| Rubricas | 2018 | 2017 | Variação % |
|--|------------------|------------------|---------------|
| Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos | 351.368 | 231.196 | 51,98% |
| Taxa Cetip/Selic | 749.465 | 470.680 | 59,23% |
| Custódia | 521.022 | 474.459 | 9,81% |
| Controladoria | 532.846 | 477.292 | 11,64% |
| Taxa CVM | 221.405 | 175.446 | 26,20% |
| Taxa Bovespa | 39.725 | 9.774 | 306,45% |
| Taxa Anbima | 91.467 | 18.144 | 404,12% |
| Serviços Jurídicos | 2.460 | - | - |
| Corretagem | 167.895 | 47.879 | 250,66% |
| Outras (Auditoria de Fundos e Emolumentos) | 218.607 | 31.497 | 594,07% |
| Total das Despesas | 2.896.261 | 1.936.365 | 49,57% |

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 25: Despesas específicas de investimentos por plano – 2018 – (R\$).

| Plano | Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos | Taxa Cetip/Selic | Custódia | Controladoria | Taxa CVM | Taxa Bovespa | Taxa Anbima | Serviços Jurídicos | Corretagem | Outras | Total |
|------------------|--|------------------|----------|---------------|----------|--------------|-------------|--------------------|------------|--------|----------------|
| Epagri Básico | 11.538 | 15.827 | 9.541 | 8.465 | 6.765 | 101 | 696 | - | - | 6.820 | 59.752 |
| Epagri Saldado | 45.354 | 63.052 | 38.324 | 37.567 | 26.739 | 826 | 2.754 | - | 12.343 | 27.937 | 254.896 |
| Epagri-FlexCeres | 45.190 | 45.674 | 21.611 | 21.446 | 16.603 | 484 | 1.979 | - | 6.943 | 26.514 | 186.444 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Básico

| Item | 2017 | | 2018 | | Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018 | Limites Máximos Política de Investimentos |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|
| | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | | |
| Renda Fixa | 93.586.589 | 91,06% | 104.686.746 | 90,23% | 100,00% | 100,00% |
| Renda Variável | 373.783 | 0,36% | 441.447 | 0,38% | 70,00% | 20,00% |
| Imobiliário (Imóveis e Fundos) | 5.891.563 | 5,73% | 6.150.696 | 5,30% | 8,00% | 8,00% |
| Estruturados (Fundos) | 1.582.116 | 1,54% | 3.397.594 | 2,93% | 20,00% | 10,00% |
| Operações com Participantes | 1.787.549 | 1,74% | 1.735.574 | 1,50% | 15,00% | 5,00% |
| Empréstimos | 1.756.342 | 1,71% | 1.719.325 | 1,48% | | |
| Financiamentos Imobiliários | 31.208 | 0,03% | 16.249 | 0,01% | | |
| Total dos Recursos Investidos | 103.221.600 | 100,44% | 116.412.056 | 100,34% | | |
| Disponível | 8.620 | 0,01% | 4.642 | 0,004% | | |
| Outros Realizáveis | 223.904 | 0,22% | 213.057 | 0,18% | | |
| Outras Exigibilidades | - 681.070 | -0,66% | - 613.737 | -0,53% | | |
| Total dos Recursos Garantidores | 102.773.054 | 100,00% | 116.016.018 | 100,00% | | |

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Saldado


| Item | 2017 | | 2018 | | Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018 | Limites Máximos Política de Investimentos |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|
| | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | | |
| Renda Fixa | 391.101.603 | 82,41% | 406.311.202 | 81,44% | 100,00% | 100,00% |
| Renda Variável | 44.402.430 | 9,36% | 52.008.032 | 10,42% | 70,00% | 20,00% |
| Imobiliário (Imóveis e Fundos) | 27.798.112 | 5,86% | 28.983.714 | 5,81% | 8,00% | 8,00% |
| Estruturados (Fundos) | 7.621.215 | 1,61% | 7.457.467 | 1,49% | 20,00% | 10,00% |
| Operações com Participantes | 3.664.954 | 0,77% | 4.149.787 | 0,83% | 15,00% | 5,00% |
| Empréstimos | 3.662.370 | 0,77% | 3.686.497 | 0,74% | | |
| Financiamentos Imobiliários | 2.584 | 0,00% | 463.290 | 0,09% | | |
| Total dos Recursos Investidos | 474.588.313 | 100,00% | 498.910.203 | 99,99% | | |
| Disponível | 41.918 | 0,01% | 14.857 | 0,003% | | |
| Outros Realizáveis | 209.795 | 0,04% | 164.235 | 0,03% | | |
| Outras Exigibilidades | - 241.685 | -0,05% | - 152.407 | -0,03% | | |
| Total dos Recursos Garantidores | 474.598.342 | 100,00% | 498.936.887 | 100,00% | | |

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri FlexCeres

| Item | 2017 | | 2018 | | Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018 | Limites Máximos Política de Investimentos |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|
| | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | Valor R\$ | % sobre Recursos Garantidores | | |
| Renda Fixa | 222.190.688 | 88,66% | 246.629.307 | 86,68% | 100,00% | 100,00% |
| Renda Variável | 25.828.762 | 10,31% | 28.600.764 | 10,05% | 70,00% | 20,00% |
| Estruturados (Fundos) | 811.015 | 0,32% | 7.274.936 | 2,56% | 20,00% | 10,00% |
| Operações com Participantes | 1.226.284 | 0,49% | 1.550.387 | 0,54% | 15,00% | 5,00% |
| Imobiliário (Imóveis e Fundos) | 536.362 | 0,21% | 479.052 | 0,17% | 8,00% | 8,00% |
| Total dos Recursos Investidos | 250.593.111 | 100,00% | 284.534.447 | 100,01% | | |
| Disponível | 14.197 | 0,01% | 5.915 | 0,002% | | |
| Outras Exigibilidades | - 2.791 | -0,001% | - 23.158 | -0,01% | | |
| Total dos Recursos Garantidores | 250.604.516 | 100,00% | 284.517.204 | 100,00% | | |

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri Básico

| | | | | |
|---|--|-------------------------|----------------|-------------------------|
|  | Ministério da Previdência Social Superintendência Nacional de Previdência Complementar Relatório Resumo de Políticas de Investimento Data de Geração: 24/04/2018 15:47:40 | | | |
| Informações da Entidade | | | | |
| Código: 237 | Sigla: CERES | Exercício: 2018 | | |
| Plano de Benefícios: 1981000119 - PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS BD DA EPAGRI | | | | |
| Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência | | | | |
| Período de Referência | Indexador | Taxa de Juros | | |
| 01/2018 a 12/2018 | INPC | 5,77 | | |
| Documentação/Responsáveis | | | | |
| Documentação | | | | |
| Nº da Ata: 214 | Data: 28/03/2018 | | | |
| Nº da Ata: 212 | Data: 13/12/2017 | | | |
| Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado | | | | |
| Período | Segmento | Nome | CPF | Cargo |
| 01/01/2018 a 31/12/2018 | PLANO | DANTE DANIEL GIACOMELLI | 161.825.610-68 | Diretor de Investimento |
| Controle de Risco | | | | |
| Risco de Mercado | Risco de Liquidez | Risco de Contraparte | | |
| Risco Legal | Risco Operacional | | | |
| Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim | Dispõe de Manual: Sim | | | |
| Possui modelo proprietário de risco: Não | Dispõe de Manual: Não | | | |
| Realiza Estudos de ALM: Sim | | | | |
| Observação: | | | | |
| Alocação dos Recursos | | | | |

| Período de Referência: 01/2018 a 12/2018 | | | |
|--|----------|----------|--------|
| Segmento | Mínimo % | Máximo % | Alvo % |
| RENDA FIXA | 60,00 | 100,00 | 88,97 |
| RENDA VARIÁVEL | 0,00 | 20,00 | 0,35 |
| IMÓVEIS | 0,00 | 8,00 | 3,90 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 0,00 | 5,00 | 1,70 |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 10,00 | 5,08 |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim | | | |
| Utiliza derivativos? Sim | | | |
| Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim | | | |
| Existência de sistemas de controles internos? Sim | | | |

Observação:

| Perfis de Investimento |
|---|
| O plano possui Perfis de Investimentos? Não |

Observação:

| Alocação por Emissor | | | |
|--|---------|---------|------------|
| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
| TESOURO NACIONAL | 0,00 | 100,00 | |
| INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | 0,00 | 20,00 | |
| TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL | 0,00 | 10,00 | |
| COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM | 0,00 | 10,00 | |
| ORGANISMO MULTILATERAL | 0,00 | 10,00 | |
| COMPANHIA SECURITIZADORA | 0,00 | 10,00 | |
| PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO | | | x |
| FIDC/FICFIDC | 0,00 | 10,00 | |
| FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA | 0,00 | 10,00 | |
| SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE | 0,00 | 10,00 | |
| FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 10,00 | |

Observação:

Concentração por Emissor

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| % DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | | | x |
| % DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL | | | x |
| % DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO | 0,00 | 25,00 | |

Observação:

Concentração por Investimento

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| % DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS | 0,00 | 25,00 | |
| % DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC | 0,00 | 25,00 | |
| % DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO | 0,00 | 25,00 | |

Observação:

Rentabilidade(%)

| Plano/Segmento | 2018 | 1º Sem 2017 | 2018 | Não Aplica |
|-----------------------------|-------|-------------|-------|------------|
| PLANO | 15,33 | 4,57 | 10,19 | |
| RENDA FIXA | 15,49 | 4,61 | | |
| RENDA VARIÁVEL | 44,45 | 19,76 | | |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | -1,76 | 2,97 | | |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | | | | x |
| IMÓVEIS | 5,39 | 3,28 | | |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 15,94 | 6,84 | | |

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri Saldado



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 24/04/2018 16:00:52

Informações da Entidade

Código: 237

Sigla: CERES

Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 2005002283 - PLANO SALDADO EPAGRI

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

| Período de Referência | Indexador | Taxa de Juros |
|-----------------------|-----------|---------------|
| 01/2018 a 12/2018 | INPC | 5,70 |

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 214

Data: 28/03/2018

Nº da Ata: 212

Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

| Período | Segmento | Nome | CPF | Cargo |
|-------------------------|----------|-------------------------|----------------|-------------------------|
| 01/01/2018 a 31/12/2018 | PLANO | DANTE DANIEL GIACOMELLI | 161.825.610-68 | Diretor de Investimento |

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

| | |
|--|-----------------------|
| Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim | Dispõe de Manual: Sim |
| Possui modelo proprietário de risco: Não | Dispõe de Manual: Não |
| Realiza Estudos de ALM: Sim | |

Observação:

Alocação dos Recursos

| Período de Referência: 01/2018 a 12/2018 | | | |
|--|----------|----------|--------|
| Segmento | Mínimo % | Máximo % | Alvo % |
| RENDA FIXA | 60,00 | 100,00 | 82,65 |
| RENDA VARIÁVEL | 0,00 | 20,00 | 9,23 |
| IMÓVEIS | 0,00 | 8,00 | 3,99 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 0,00 | 5,00 | 0,71 |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 10,00 | 3,42 |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim | | | |
| Utiliza derivativos? Sim | | | |
| Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim | | | |
| Existência de sistemas de controles internos? Sim | | | |

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|---|---------|---------|------------|
| TESOURO NACIONAL | 0,00 | 100,00 | |
| INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | 0,00 | 20,00 | |
| TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL | 0,00 | 10,00 | |
| COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM | 0,00 | 10,00 | |
| ORGANISMO MULTILATERAL | 0,00 | 10,00 | |
| COMPANHIA SECURITIZADORA | 0,00 | 10,00 | |
| PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO | | | x |
| FIDC/FICFIDC | 0,00 | 10,00 | |
| FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA | 0,00 | 10,00 | |
| SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE | 0,00 | 10,00 | |
| FIFICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 10,00 | |

Observação:

Concentração por Emissor

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| % DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO | 0,00 | 25,00 | |

Observação:

Concentração por Investimento

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| % DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS | 0,00 | 25,00 | |
| % DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC | 0,00 | 25,00 | |
| % DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO | 0,00 | 25,00 | |

Observação:

Rentabilidade(%)

| Plano/Segmento | 2018 | 1º Sem 2017 | 2018 | Não Aplica |
|-----------------------------|-------|-------------|-------|------------|
| PLANO | 16,60 | 4,75 | 10,52 | |
| RENDA FIXA | 16,45 | 4,89 | | |
| RENDA VARIÁVEL | 35,19 | 4,89 | | |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | -1,86 | 2,92 | | |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | | | | x |
| IMÓVEIS | 5,41 | 3,29 | | |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 18,63 | 5,79 | | |

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 24/04/2018 16:07:05

| Informações da Entidade | | |
|---|--------------|-----------------|
| Código: 237 | Sigla: CERES | Exercício: 2018 |
| Plano de Benefícios: 2005002356 - PLANO CV - EPAGRI-FLEXCERES | | |

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

| Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018 | | | | |
|---|----------------|----------------------|-----------|-------------------|
| Participação % | Plano/Segmento | Percentual Indexador | Indexador | Taxa de Juros %aa |
| 100,00 | PLANO | 100,00 | INPC | 5,76 |

Documentação/Responsáveis

| Documentação | |
|----------------|------------------|
| Nº da Ata: 214 | Data: 28/03/2018 |
| Nº da Ata: 212 | Data: 13/12/2017 |

| Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado | | | | |
|--|----------|-------------------------|----------------|-------------------------|
| Período | Segmento | Nome | CPF | Cargo |
| 01/01/2018 a 31/12/2018 | PLANO | DANTE DANIEL GIACOMELLI | 161.825.610-68 | Diretor de Investimento |

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco de Contraparte
Risco Legal Risco Operacional

| | |
|--|-----------------------|
| Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim | Dispõe de Manual: Sim |
| Possui modelo proprietário de risco: Não | Dispõe de Manual: Não |
| Realiza Estudos de ALM: Sim | |

Observação:

Alocação dos Recursos

| Período de Referência: 01/2018 a 12/2018 | | | |
|--|----------|----------|--------|
| Segmento | Mínimo % | Máximo % | Alvo % |
| RENDA FIXA | 50,00 | 100,00 | 86,25 |
| RENDA VARIÁVEL | 0,00 | 30,00 | 10,19 |
| IMÓVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 0,00 | 5,00 | 0,52 |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 10,00 | 3,04 |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | 0,00 | 5,00 | 0,00 |
| A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim | | | |
| Utiliza derivativos? Sim | | | |
| Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim | | | |
| Existência de sistemas de controles internos? Sim | | | |

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| TESOURO NACIONAL | 0,00 | 100,00 | |
| INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | 0,00 | 20,00 | |
| TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL | 0,00 | 10,00 | |
| COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM | 0,00 | 10,00 | |
| ORGANISMO MULTILATERAL | 0,00 | 10,00 | |
| COMPANHIA SECURITIZADORA | 0,00 | 10,00 | |
| PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO | | | x |
| FIDC/FICFIDC | 0,00 | 10,00 | |
| FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA | 0,00 | 10,00 | |
| SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE | 0,00 | 10,00 | |
| FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 10,00 | |

Observação:

Concentração por Emissor

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| % DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL | 0,00 | 25,00 | |
| % DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO | 0,00 | 25,00 | |

Observação:

Concentração por Investimento

| Emissor | Mínimo% | Máximo% | Não Aplica |
|--|---------|---------|------------|
| % DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS | 0,00 | 25,00 | |
| % DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC | 0,00 | 25,00 | |
| % DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO | 0,00 | 25,00 | |

Observação:

Rentabilidade(%)

| Plano/Segmento | 2018 | 1º Sem 2017 | 2018 | Não Aplica |
|-----------------------------|-------|-------------|-------|------------|
| PLANO | 21,07 | 5,89 | 10,56 | |
| RENDA FIXA | 19,42 | 6,05 | | |
| RENDA VARIÁVEL | 36,38 | 2,90 | | |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | -5,30 | -2,30 | | |
| INVESTIMENTOS NO EXTERIOR | | | | x |
| IMÓVEIS | | | | x |
| OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES | 19,36 | 5,68 | | |

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Demonstrações Contábeis – Consolidado

| Balço Patrimonial | | | | |
|---|------------------|------------------|-------------------------|----------------|
| R\$ Mil | | | | |
| ATIVO | 2018 | 2017 | Partic. % no Patrimônio | Var. (%) |
| DISPONÍVEL | 648 | 821 | 0,01% | -21,02% |
| REALIZÁVEL | 7.401.844 | 6.617.861 | 99,98% | 11,85% |
| Gestão Previdencial | 134.420 | 138.076 | 1,82% | -2,65% |
| Gestão Administrativa | 10.981 | 10.479 | 0,15% | 4,80% |
| Investimentos | 7.256.442 | 6.469.306 | 98,02% | 12,17% |
| Títulos Públicos | 334 | 305 | 0,00% | 9,39% |
| Créditos Privados e Depósitos | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Ações | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Fundos de Investimento | 6.974.698 | 6.206.527 | 94,21% | 12,38% |
| Investimentos Imobiliários | 205.842 | 190.077 | 2,78% | 8,29% |
| Empréstimos | 75.041 | 71.406 | 1,01% | 5,09% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 527 | 990 | 0,01% | -46,77% |
| Outros Realizáveis | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| PERMANENTE | 862 | 650 | 0,01% | 32,48% |
| Imobilizado | 501 | 499 | 0,01% | 0,38% |
| Intangível | 361 | 151 | 0,00% | 138,46% |
| TOTAL DO ATIVO | 7.403.354 | 6.619.332 | 100,00% | 11,84% |
| R\$ Mil | | | | |
| PASSIVO | 2018 | 2017 | Partic. % no Patrimônio | Var. (%) |
| EXIGÍVEL OPERACIONAL | 119.222 | 104.862 | 1,61% | 13,69% |
| Gestão Previdencial | 116.196 | 101.816 | 1,57% | 14,12% |
| Gestão Administrativa | 2.273 | 2.295 | 0,03% | -0,92% |
| Investimentos | 753 | 752 | 0,01% | 0,15% |
| EXIGÍVEL CONTINGENCIAL | 11.826 | 12.336 | 0,16% | -4,13% |
| Gestão Previdencial | 718 | 656 | 0,01% | 9,42% |
| Gestão Administrativa | 9.265 | 8.930 | 0,13% | 3,76% |
| Investimentos | 1.843 | 2.750 | 0,02% | -32,98% |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | 7.272.306 | 6.502.134 | 98,23% | 11,84% |
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 7.114.565 | 6.366.756 | 96,10% | 11,75% |
| Provisões Matemáticas | 7.052.053 | 6.461.438 | 95,25% | 9,14% |
| Benefícios Concedidos | 2.899.527 | 2.769.637 | 39,17% | 4,69% |
| Benefícios a Conceder | 4.517.175 | 4.095.155 | 61,02% | 10,31% |
| (-) Provisões Matemáticas a Constituir | 364.650 | 403.355 | 4,93% | -9,60% |
| Equilíbrio Técnico | 62.512 | (94.682) | 0,84% | -166,02% |
| Resultados Realizados | 62.512 | (94.682) | 0,84% | -166,02% |
| Superávit Técnico Acumulado | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| (-) Déficit Técnico Acumulado | 0 | 94.682 | 0,00% | -100,00% |
| Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| FUNDOS | 157.741 | 135.378 | 2,13% | 16,52% |
| Fundos Previdenciais | 105.323 | 92.280 | 1,42% | 14,13% |
| Fundos Administrativos | 31.750 | 25.300 | 0,43% | 25,49% |
| Fundos dos Investimentos | 20.669 | 17.798 | 0,28% | 16,13% |
| TOTAL DO PASSIVO | 7.403.354 | 6.619.332 | 100,00% | 11,84% |

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

| Descri o | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
|--|-------------------|-------------------|-----------------|
| A) Patrimônio Social - In cio do Exercício | 5.824.833 | 4.402.326 | 32,31% |
| 1. Adi oes | 1.156.455 | 1.048.559 | 10,29% |
| Contribui es Previdenciais | 366.791 | 352.911 | 3,93% |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 752.080 | 661.605 | 13,68% |
| Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial | 62 | (124) | -149,71% |
| Receitas Administrativas | 31.074 | 29.845 | 4,12% |
| Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa | 3.578 | 2.294 | 55,99% |
| Reversão de Contingências - Gestão Administrativa | 0 | 0 | 100,00% |
| Constitui o de Fundos de Investimentos | 2.871 | 2.029 | 41,46% |
| 2. Destina es | 370.253 | 355.798 | 4,06% |
| Benefícios | 341.769 | 328.956 | 3,90% |
| Constitui o de Contingências - Gestão Previdencial | 62 | (124) | -149,71% |
| Despesas Administrativas | 27.982 | 26.945 | 3,85% |
| Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa | 441 | 22 | 1866,35% |
| Constitui o de Contingências - Gestão Administrativa | 0 | 0 | 0,00% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2) | 677.496 | 1.422.507 | -52,37% |
| Provisões Matemáticas | 451.529 | 1.415.976 | -68,11% |
| Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | 202.125 | (40.469) | -599,45% |
| Fundos Previdenciais | 16.420 | 34.774 | -52,78% |
| Fundos Administrativos | 5.392 | 8.109 | -33,50% |
| Fundos Investimentos | 2.029 | 4.118 | -50,72% |
| 4. Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3) | 6.502.330 | 5.824.833 | 11,63% |

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

R\$ Mil

| Descrição | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação (%) |
|---|-----------------|-----------------|---------------|
| A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior | 25.521 | 20.129 | 26,79% |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 34.211 | 32.116 | 6,52% |
| 1.1. Receitas | 34.211 | 32.116 | 6,52% |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial | 16.164 | 15.584 | 3,72% |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 14.486 | 13.840 | 4,67% |
| Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos | 423 | 414 | 2,12% |
| Resultado Positivo dos Investimentos | 3.138 | 2.272 | 38,13% |
| Outras Receitas | 1 | 6 | -82,61% |
| 2. Despesas Administrativas | (27.982) | (26.723) | 4,71% |
| 2.1. Administração Previdencial | 14.184 | 13.744 | 3,21% |
| Pessoal e encargos | 10.166 | 9.186 | 10,67% |
| Treinamentos/congressos e seminários | 71 | 118 | -39,44% |
| Viagens e estadias | 162 | 94 | 73,21% |
| Serviços de terceiros | 1.109 | 1.530 | -27,52% |
| Despesas gerais | 1.530 | 1.710 | -10,50% |
| Depreciações e amortizações | 101 | 118 | -14,01% |
| Tributos | 1.044 | 988 | 5,64% |
| 2.2. Administração dos Investimentos | 13.798 | 12.980 | 6,30% |
| Pessoal e encargos | 10.168 | 9.120 | 11,49% |
| Treinamentos/congressos e seminários | 73 | 119 | -38,93% |
| Viagens e estadias | 162 | 94 | 72,95% |
| Serviços de terceiros | 820 | 895 | -8,35% |
| Despesas gerais | 1.431 | 1.647 | -13,12% |
| Depreciações e amortizações | 101 | 118 | -14,01% |
| Tributos | 1.044 | 988 | 5,64% |
| 3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas | 0 | 0 | 0,00% |
| 4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Resultado Negativo dos Investimentos | 0 | 0 | 0,00% |
| 6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5) | 6.229 | 5.393 | 15,51% |
| 7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4) | 6.229 | 5.392 | 15,52% |
| 8. Operações Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6) | 31.750 | 25.521 | 24,41% |

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Básico
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Básico

| Descri o | R\$ Mil | | |
|--|----------------|----------------|---------------|
| | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
| A) Ativo Líquido - In cio do Exercício | 105.198 | 96.097 | 9,47% |
| 1. Adi es | 34.004 | 31.011 | 9,65% |
| (+) Contribui es Previdenciais | 22.705 | 20.911 | 8,58% |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 11.299 | 10.100 | 11,87% |
| (+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Destina es | 22.271 | 21.911 | 1,64% |
| (-) Benefícios | 21.934 | 21.567 | 1,70% |
| (-) Constitui o de Contingências - Gestão Previdencial | 0 | 0 | 100,00% |
| (-) Custeio Administrativo | 337 | 344 | -1,97% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2) | 11.733 | 9.100 | 28,93% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 11.520 | 8.333 | 38,24% |
| (+/-) Fundos Previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | 213 | 767 | -72,22% |
| 4. Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| (+/-) Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4) | 116.930 | 105.198 | 11,15% |
| C) Fundos Não Previdenciais | 1.393 | 1.236 | 12,68% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 674 | 552 | 22,22% |
| (+/-) Fundos Investimentos | 718 | 684 | 4,99% |

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Básico

| Descri o | R\$ Mil | | |
|---|----------------|----------------|-----------------|
| | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
| 1. Ativos | 119.565 | 107.728 | 10,99% |
| Disponível | 5 | 9 | -46,15% |
| Receb vel | 2.935 | 4.279 | -31,40% |
| Investimentos | 116.625 | 103.446 | 12,74% |
| Títulos Públicos | 0 | 0 | 0,00% |
| Fundos de Investimentos | 110.313 | 97.405 | 13,25% |
| Investimentos Imobiliários | 4.363 | 4.029 | 8,29% |
| Empréstimos e Financiamentos Imobiliários | 1.736 | 1.788 | -2,91% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 212 | 224 | -5,53% |
| 2. Obriga es | 1.242 | 1.300 | -4,42% |
| Operacional | 642 | 638 | 0,66% |
| Contingencial | 600 | 662 | -9,33% |
| 3. Fundos Não Previdenciais | 1.393 | 1.231 | 13,12% |
| Fundos Administrativos | 674 | 547 | 23,27% |
| Fundos dos Investimentos | 718 | 684 | 4,99% |
| 4. Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 116.930 | 105.198 | 11,15% |
| Provisões Matemáticas | 121.360 | 109.840 | 10,49% |
| Superávit/Déficit Técnico | (4.429) | (4.642) | -4,59% |
| Fundos Previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| 6. Apurac o do Equilíbrio Técnico Ajustado | 0 | (331) | -100,00% |
| a) Equilíbrio Técnico | (4.429) | (4.642) | -4,59% |
| b) (+/-) Ajuste de Precifica o | 4.429 | 4.312 | 2,73% |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) | 0 | (331) | -100,00% |

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Básico
R\$ Mil

| Descrição | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação (%) |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 118.891 | 107.181 | 10,92% |
| 1. Provisões Matemáticas | 121.360 | 109.840 | 10,49% |
| 1.1. Benefícios concedidos | 193.581 | 194.090 | -0,26% |
| Benefício definido | 193.581 | 194.090 | -0,26% |
| 1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir | 72.221 | 84.250 | -14,28% |
| (-) Déficit equacionado | 72.221 | 84.250 | -14,28% |
| (-) Patrocinador(es) | 72.221 | 84.250 | -14,28% |
| 2. Equilíbrio Técnico | (4.429) | (4.642) | -4,59% |
| 2.1. Resultados realizados | (4.429) | (4.642) | -4,59% |
| (-) Déficit técnico acumulado | 4.429 | 4.642 | -4,59% |
| 3. Fundos | 718 | 684 | 4,99% |
| 3.1. Fundos previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| 3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial | 718 | 684 | 4,99% |
| 4. Exigível Operacional | 642 | 638 | 0,66% |
| 4.1. Gestão previdencial | 629 | 619 | 1,59% |
| 4.2. Investimentos - Gestão previdencial | 14 | 19 | -28,97% |
| 5. Exigível Contingencial | 600 | 662 | (0) |
| 5.1 Gestão previdencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 5.2 Investimentos - Gestão previdencial | 600 | 662 | -9,33% |

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Saldado

| Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Saldado | | | |
|--|----------------|----------------|---------------|
| R\$ Mil | | | |
| Descri o | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
| A) Ativo Líquido - In cio do Exercício | 472.441 | 450.123 | 4,96% |
| 1. Adi es | 56.464 | 52.677 | 7,19% |
| (+) Contribui es Previdenciais | 3.270 | 3.104 | 5,34% |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 53.194 | 49.573 | 7,30% |
| (+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Destina es | 32.396 | 30.359 | 6,71% |
| (-) Benefícios | 31.558 | 29.422 | 7,26% |
| (-) Constitui o de Contingências - Gestão Previdencial | 0 | 0 | 100,00% |
| (-) Custeio Administrativo | 838 | 937 | -10,53% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2) | 24.068 | 22.318 | 7,84% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 35.005 | 8.374 | 318,03% |
| (+/-) Fundos Previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | -10.937 | 13.944 | -178,44% |
| 4. Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| (+/-) Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4) | 496.509 | 472.441 | 5,09% |
| C) Fundos Não Previdenciais | 4.312 | 3.634 | 18,65% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 2.219 | 1.807 | 22,77% |
| (+/-) Fundos Investimentos | 2.093 | 1.827 | 14,57% |

| Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Saldado | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|
| R\$ Mil | | | |
| Descri o | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
| 1. Ativos | 501.388 | 476.711 | 5,18% |
| Disponível | 15 | 42 | -64,56% |
| Receb vel | 2.299 | 1.884 | 22,01% |
| Investimentos | 499.074 | 474.798 | 5,11% |
| Títulos Públicos | 0 | 0 | 0,00% |
| Fundos de Investimentos | 474.291 | 452.012 | 4,93% |
| Investimentos Imobiliários | 20.469 | 18.911 | 8,24% |
| Empréstimos e Financiamentos Imobiliários | 4.150 | 3.665 | 13,23% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 157 | 210 | -25,10% |
| 2. Obriga es | 568 | 650 | -12,54% |
| Operacional | 482 | 481 | 0,30% |
| Contingencial | 86 | 169 | -49,06% |
| 3. Fundos Não Previdenciais | 4.312 | 3.621 | 19,07% |
| Fundos Administrativos | 2.219 | 1.794 | 23,66% |
| Fundos dos Investimentos | 2.093 | 1.827 | 14,57% |
| 4. Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 496.509 | 472.441 | 5,09% |
| Provisões Matemáticas | 483.865 | 448.860 | 7,80% |
| Superávit/Déficit Técnico | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| Fundos Previdenciais | 0 | 0 | 0,00% |
| 6. Apurac o do Equilíbrio Técnico Ajustado | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| a) Equilíbrio Técnico | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| b) (+/-) Ajuste de Precifica o | 19.422 | 20.142 | -3,58% |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) | 12.644 | 23.581 | -46,38% |

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Saldado

| Descrição | R\$ Mil | | |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação (%) |
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 499.170 | 474.917 | 5,11% |
| 1. Provisões Matemáticas | 483.865 | 448.860 | 7,80% |
| 1.1. Benefícios concedidos | 372.441 | 331.062 | 12,50% |
| Benefício definido | 372.441 | 331.062 | 12,50% |
| 1.2. Benefício a conceder | 111.424 | 117.797 | -5,41% |
| Benefício definido | 110.559 | 116.491 | -5,09% |
| 1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir | 0 | 0 | 0,00% |
| (-) Déficit equacionado | 0 | 0 | 0,00% |
| (-) Patrocinador(es) | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Equilíbrio Técnico | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| 2.1. Resultados realizados | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| Superávit técnico acumulado | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| Reserva de contingência | 12.644 | 23.581 | -46,38% |
| 3. Fundos | 2.093 | 1.827 | 14,57% |
| 3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial | 2.093 | 1.827 | 14,57% |
| 4. Exigível Operacional | 482 | 481 | 0,30% |
| 4.1. Gestão previdencial | 416 | 408 | 1,91% |
| 4.2. Investimentos - Gestão previdencial | 66 | 73 | -8,76% |
| 5. Exigível Contingencial | 86 | 169 | -49,06% |
| 5.2 Investimentos - Gestão previdencial | 86 | 169 | -49,06% |

Demonstrações Contábeis– Plano Epagri FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri FlexCeres

| Descri o | R\$ Mil | | |
|--|----------------|----------------|----------------|
| | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
| A) Ativo Líquido - In cio do Exercício | 250.335 | 209.478 | 19,50% |
| 1. Adi es | 46.505 | 47.812 | -2,73% |
| (+) Contribui es Previdenciais | 19.165 | 19.752 | -2,97% |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 27.340 | 28.060 | -2,57% |
| (+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Destina es | 10.528 | 6.955 | 51,38% |
| (-) Benefícios | 9.550 | 5.955 | 60,35% |
| (-) Custeio Administrativo | 978 | 999 | -2,09% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2) | 35.976 | 40.857 | -11,95% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 37.407 | 36.018 | 3,86% |
| (+/-) Fundos Previdenciais | 2.793 | 2.723 | 2,58% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | -4.224 | 2.117 | -299,53% |
| 4. Opera es Transitórias | 0 | 0 | 0,00% |
| B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4) | 286.311 | 250.335 | 14,37% |
| C) Fundos Não Previdenciais | 1.495 | 1.160 | 28,83% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 1.344 | 1.022 | 31,54% |
| (+/-) Fundos Investimentos | 150 | 138 | 8,77% |

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri FlexCeres

| Descri o | R\$ Mil | | |
|---|----------------|----------------|-----------------|
| | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variacão (%) |
| 1. Ativos | 12.275 | 10.356 | 18,53% |
| Disponível | 2 | 21 | -91,67% |
| Receb vel | 3.865 | 1.505 | 156,80% |
| Investimentos | 12.221 | 10.296 | 18,70% |
| Títulos Públicos | 0 | 0 | 0,00% |
| Fundos de Investimentos | 11.401 | 9.676 | 17,84% |
| Investimentos Imobiliários | 0 | 0 | 0,00% |
| Empréstimos e Financiamentos Imobiliários | 819 | 620 | 32,11% |
| Depósitos Judiciais / Recursais | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Obriga es | 5 | 5 | -7,02% |
| Operacional | 5 | 5 | -7,02% |
| Contingencial | 0 | 0 | 0,00% |
| 3. Fundos Não Previdenciais | 89 | 75 | 18,64% |
| Fundos Administrativos | 52 | 39 | 33,85% |
| Fundos dos Investimentos | 36 | 36 | 1,94% |
| 4. Resultados a Realizar | 0 | 0 | 0,00% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 12.182 | 10.277 | 18,54% |
| Provisões Matemáticas | 12.036 | 10.129 | 18,82% |
| Superávit/Déficit Técnico | (87) | 55 | -256,69% |
| Fundos Previdenciais | 232 | 92 | 0,00% |
| 6. Apurac o do Equilíbrio Técnico Ajustado | 1.238 | 55 | 2135,63% |
| a) Equilíbrio Técnico | (87) | 55 | -256,69% |
| b) (+/-) Ajuste de Precifica o | 1.325 | 1.241 | 6,74% |
| c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b) | 1.238 | 55 | 2135,63% |

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri FlexCeres
R\$ Mil

| Descrição | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação (%) |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 287.061 | 251.094 | 14,32% |
| 1. Provisões Matemáticas | 264.225 | 226.817 | 16,49% |
| 1.1. Benefícios concedidos | 106.651 | 69.217 | 54,08% |
| Benefício definido | 106.651 | 69.217 | 54,08% |
| 1.2. Benefício a conceder | 157.573 | 157.600 | -0,02% |
| Contribuição definida | 156.647 | 157.164 | -0,33% |
| Saldo de contas - parcela patrocinador(es) | 69.456 | 67.506 | 2,89% |
| Saldo de contas - parcela participantes | 87.192 | 89.658 | -2,75% |
| Benefício definido | 0 | 0 | 0,00% |
| 2. Equilíbrio Técnico | 7.152 | 11.376 | -37,13% |
| 2.1. Resultados realizados | 7.152 | 11.376 | -37,13% |
| Superávit técnico acumulado | 7.152 | 11.376 | -37,13% |
| Reserva de contingência | 7.152 | 11.376 | -37,13% |
| 3. Fundos | 15.085 | 12.280 | 22,84% |
| 3.1. Fundos previdenciais | 14.935 | 12.142 | 23,00% |
| 3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial | 150 | 138 | 8,77% |
| 4. Exigível Operacional | 599 | 617 | -2,95% |
| 4.1. Gestão previdencial | 576 | 614 | -6,28% |
| 4.2. Investimentos - Gestão previdencial | 23 | 3 | 729,65% |

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
CERES - Fundação de Seguridade Social
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social ("CERES", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC n°29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo - Independência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa n° 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2018, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 116.196 mil, dos quais R\$ 89.142 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar n° 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Consequentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa n° 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas notas explicativas n° 19 e 6, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;




- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 27 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador, CRC DF 015827/O-3

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução MPS/CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, e ao item "I" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e na minuta do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2018.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2018, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado na minuta do Parecer de Auditoria Independente BDO auditores Independentes de 22 de março de 2019.
- c) Em relação a minuta do Parecer dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
 - i. À independência patrimonial dos planos de benefícios, referente ao plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Base para opinião com ressalva:

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2018, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 116.196 mil, dos quais R\$ 89.142 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Conseqüentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.



Fundação de Seguridade Social

As demonstrações contábeis apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES – Fundação de Seguridade Social e Individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais e a minuta do Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, **RESOLVE** indicar aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2018 pelo Conselho Deliberativo, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 22 de março de 2019.



Cleuber Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal

Representante dos Participantes e Assistidos da
EMBRAPA



Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior

Membro Titular do Conselho Fiscal

Representante da Patrocinadora
EMBRAPA



Sebastião Cardoso Barbosa

Membro Titular do Conselho Fiscal

Representante dos Participantes e Assistidos da
EMATER - MG



Arádia Lulza dos Santos Costa

Membra Titular do Conselho Fiscal

Representante da Patrocinadora
EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



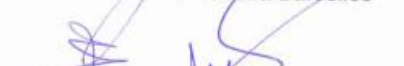
TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 220ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2019, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – BDO Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstra es contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.


Brasília, 27 de març o de 2019.



Alexandre de Oliveira Barcellos


Gerson Soares Alves Barreto


Emidio Casagrande


Sérgio Brunale


Ursula Maria Ludwig Moraes


José Mauro Gonç lves Dias

Ceres - Fundac o de Seguridade Social

SHCN - CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ.: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA
FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

PLANO EPAGRI BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2018

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Básico de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

| Hipótese | 2017 | 2018 |
|---|--|--|
| Tábua de mortalidade de inválidos | Winklevoss | MI-85 por sexo |
| Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios | 0,98096055 | 0,98177458 |
| Família média para provisão de pensão | Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017 | Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018 |

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de

dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano. O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio, sendo composto, para 2019, pelas mesmas alíquotas de contribuições praticadas em 2018 no caso dos assistidos.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2019 será no mínimo de R\$ 1.913.628 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 1.898.308 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal mensal de R\$ 15.320 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2018 foi apurada uma perda atuarial de R\$ 653.327, que foi incorporada plenamente ao Contrato, pois o valor da parcela de equilíbrio técnico ajustado referente à patrocinadora foi negativo de R\$ 1.827.506, não interferindo na referida incorporação, em observância ao caput e §2º, do artigo 30, da Instrução PREVIC Nº 10, de 30 de novembro de 2018.

Além da incorporação da perda atuarial de R\$ 653.327, também foi incorporado ao Contrato o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 1.174.180, gerado após a incorporação da referida perda atuarial, conforme previsto no §1º do artigo 30 da Instrução PREVIC Nº 10, de 30 de novembro de 2018.

Plano de custeio para 2019

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 42 (quarenta e dois) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período a partir de 1º de abril de 2019 no valor linear mínimo de R\$ 1.898.308 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 72.221.004 em 31/12/2018.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,42% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,42% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,42% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2019, o custeio administrativo médio mensal do plano Epagri Básico será de R\$ 30.640, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 367.677.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que, por determinação da Previc para este plano, a divisão da parcela do custeio administrativo deve ser paritária, portanto o custeio administrativo mensal referente a esse grupo será de 13 prestações de R\$ 14.141,43, pois o financiamento é sobre 13 parcelas do benefício, e o custeio administrativo mensal patronal será de 12 parcelas R\$ 15.319,88, pois é um financiamento financeiro, porém ambos são equivalentes no período anual.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das premissas atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um déficit atuarial de R\$ 4.429.268, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º *Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.*

§ 5º *A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.*

§ 6º *O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc*

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à "média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios". O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 10,86 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 8.325.265.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 4.429.268 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 4.429.268 obteve-se Resultado Técnico Ajustado nulo, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

O Plano Epagri Básico é composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2018, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 121.359.549 distribuídas conforme a Tabela nº 01.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
EPAGRI BÁSICO – VALOR EM R\$**

| Rubrica | 31/12/2017 | 31/12/2018 | Varição |
|---|--------------------|--------------------|---------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 105.197.508 | 116.930.281 | 11,15% |
| Provisões Matemáticas | 109.839.808 | 121.359.549 | 10,49% |
| Benefícios Concedidos | 194.090.284 | 193.580.553 | -0,26% |
| Provisão Matemática a Constituir | -84.250.476 | -72.221.004 | -14,28% |
| Resultados Realizados | -4.642.300 | -4.429.268 | -4,59% |
| Ajuste de Precificação | 4.311.591 | 4.429.268 | 2,73% |
| Resultado Ajustado | -330.709 | - | - |

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Básico, no exercício de 2018 foi de 11,15%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,40%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,77%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 1,59% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2018, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2018

| Item | Efeitos das mudanças nas premissas atuariais | | | | Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu | | Total |
|--------------|--|---------------------|---------------------|-----------------|--|---------------------|-----------------|
| | Taxa de juros | Fatores Biométricos | Fator de capacidade | Família Média | Rentabilidade | Fatores Biométricos | |
| Ganho | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.293.698 | 0 | 1.293.698 |
| Perda | 0 | -309.419 | -160.505 | -498.195 | 0 | -978.905 | -1.947.025 |
| Total | 0 | -309.419 | -160.505 | -498.195 | 1.293.698 | -978.905 | -653.327 |

A provisão matemática a constituir de 31/12/2017 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2018 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram adicionadas ao saldo de 31/12/2018, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 30/2018.

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios registra contabilmente uma insuficiência atuarial acumulada, a qual, feitos os ajustes determinados pela legislação em vigor, não requer equacionamento no momento desta reavaliação atuarial.

Apesar da insuficiência atuarial acumulada em 31/12/2018, o resultado do exercício de 2018 foi superavitário, reduzindo o déficit atuarial, e tendo em vista que a rentabilidade financeira dos investimentos do plano foi a principal causa do bom desempenho do plano de benefícios em 2018, somos de opinião que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL DO PLANO EPAGRI BÁSICO

| Ativo | | Passivo | |
|--|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Patrimônio de cobertura do Plano | 116.930.281 | Benefícios Futuros | 193.580.553 |
| Contribuições Futuras do Saldamento | 72.221.004 | Benefícios Concedidos | 193.580.553 |
| | | Resultados realizados | (4.429.268) |
| Total | 189.151.285 | Total | 189.151.285 |

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
 ANTONIO MARIO RATTES
 DE OLIVEIRA:25945068349
 Data: 2019-03-12 07:56:06

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2018

PLANO EPAGRI SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

| Hipótese | 2017 | 2018 |
|---|--|--|
| Tábua de mortalidade de válidos | AT-83 por sexo | BR-EMSsb-v.2010 por sexo |
| Tábua de mortalidade de inválidos | Winklevoss | MI-85 por sexo |
| Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios | 0,98096055 | 0,98177458 |
| Família média para provisão de pensão | Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017 | Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018 |

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

Plano de custeio para 2019

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2019, o custeio administrativo médio mensal do plano Epagri Saldado será de R\$ 73.420, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 881.038.

Para o custeio previdencial e administrativo, conforme previsto no Regulamento do plano, os assistidos contribuem no total com 8,00% dos respectivos benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 4.899,50 referente à contribuição desse grupo

O custeio administrativo mensal patronal são 13 parcelas de R\$ 37.560,32, e o custeio administrativo mensal dos participantes são 13 parcelas de R\$ 25.312,31.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

É oportuno destacar, que os prazos para a amortização do referido contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um superávit atuarial de R\$ 12.643.593, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 10,85 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 100.885.862.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

O Plano Epagri Saldado é composto dos ativos que migraram do Plano Epagri Básico e dos assistidos cujos benefícios já foram concedidos no plano saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01, a seguir.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO EPAGRI SALDADO – VALORES EM R\$**

| Rubrica | 31/12/2017 | 31/12/2018 | Varição |
|---|--------------------|--------------------|----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 472.440.824 | 496.508.640 | 5,09% |
| Provisões Matemáticas | 448.859.985 | 483.865.047 | 7,80% |
| Benefícios Concedidos | 331.062.491 | 372.440.681 | 12,50% |
| Benefícios a Conceder | 117.797.494 | 111.424.366 | -5,40% |
| Provisão Matemática a Constituir | 0 | 0 | - |
| Resultados Realizados | 23.580.839 | 12.643.593 | -46,38% |
| Ajuste de Precificação | 20.142.110 | 19.421.710 | 3,58% |
| Resultado Ajustado | NA | NA | - |

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Saldado, no exercício de 2018 foi de 11,86%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,33%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 2,31% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2018, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS em 31/12/2018 – VALORES EM R\$

| Item | Efeitos das mudanças nas premissas atuariais | | | | Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu | | Total |
|--------------|--|---------------------|---------------------|----------------|--|---------------------|--------------------|
| | Taxa de juros | Fatores Biométricos | Fator de capacidade | Família Média | Rentabilidade | Fatores Biométricos | |
| Ganho | 0 | 0 | 0 | 353.882 | 10.201.067 | 5.819.246 | 16.374.195 |
| Perda | 0 | -28.327.502 | -401.192 | 0 | 0 | 0 | -28.728.694 |
| Total | 0 | -28.327.502 | -401.192 | 353.882 | 10.201.067 | 5.819.246 | -12.354.499 |

Conforme destacado anteriormente, os valores apurados dos ganhos atuariais não foram adicionados ao contrato de saldamento, tendo em vista o término do prazo contratual.

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nosso entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a rentabilidade patrimonial no exercício, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAGRI SALDADO

| Ativo | | Passivo | |
|--|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 496.508.640 | Benefícios Futuros | 483.865.047 |
| Contribuições Futuras do Saldamento | 0 | Benefícios Concedidos | 372.440.681 |
| | | Benefícios a Conceder | 111.424.366 |
| | | Resultados realizados | 12.643.593 |
| Total | 496.508.640 | Total | 496.508.640 |

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2019-03-12 07:56:06

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2018

PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri-FlexCeres de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

| Hipótese | 2017 | 2018 |
|---|--|--|
| Tábua de mortalidade de válidos | AT-83 por sexo | BR-EMSsb-v.2010 por sexo |
| Tábua de mortalidade de inválidos | Winklevoss | MI-85 por sexo |
| Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios | 0,98096055 | 0,98177458 |
| Família média para provisão de pensão | Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017 | Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018 |
| Taxa de juros | 5,76% | 5,64% |

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Epagri-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epagri Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epagri Saldado, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2018

| Tipo de Custo | Taxas Médias |
|------------------------------------|----------------------|
| <i>Benefícios de risco</i> | <i>0,584%</i> |
| Patrocinadora | 0,292% |
| Participante | 0,292% |
| <i>Custo administrativo</i> | <i>0,734%</i> |
| Patrocinadora | 0,367% |
| Participante | 0,367% |
| <i>Custo Total</i> | <i>1,318%</i> |
| Patrocinadora | 0,659% |
| Participante | 0,659% |

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epagri-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,318% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2017, cujo percentual foi igual a 1,208%, motivada, principalmente, por alterações nas hipóteses atuariais, em especial a redução na taxa de juros.

Plano de custeio para 2019

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2019 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2018 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio dos benefícios de risco para 2019 será de 0,558%, correspondendo à proposição da manutenção do custeio praticado em 2018, apesar do custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2018 ter sido de 0,584%, haja vista a existência do total dos fundos de benefícios de risco no valor de R\$ 12.556.789 ser suficiente para o seu objetivo principal de mitigar o risco, principalmente de invalidez e morte, e ainda poder financiar o custeio abaixo do custo. Já o custeio administrativo para 2019 será igual ao custo administrativo apurado em 31/12/2018.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

| Tipo de Custeio | Taxas Médias |
|--------------------------------------|-----------------------|
| <i>Benefícios programados</i> | <i>11,735%</i> |
| Patrocinadora | 4,999% |
| Participante | 6,736% |
| <i>Benefícios de risco</i> | <i>0,558%</i> |
| Patrocinadora | 0,279% |
| Participante | 0,279% |
| <i>Custeio administrativo</i> | <i>0,734%</i> |
| Patrocinadora | 0,367% |
| Participante | 0,367% |
| <i>Custeio Total</i> | <i>13,027%</i> |
| Patrocinadora | 5,645% |
| Participante | 7,375% |

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,734%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do

plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um superávit atuarial de R\$ 7.151.999, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à "média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios". O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 11,18 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência

estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 22.784.871.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Epagri-FlexCeres eram, em 31/12/2018:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAGRI – FLEXCERES – VALORES EM R\$

| Rubrica | 31/12/2017 | 31/12/2018 | Variação |
|---|--------------------|--------------------|----------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 238.193.085 | 271.376.553 | 13,93% |
| Provisões Matemáticas | 226.817.461 | 264.224.554 | 16,49% |
| Benefícios Concedidos | 69.217.265 | 106.651.141 | 54,08% |
| Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco | 436.496 | 926.155 | 112,18% |
| Benefícios Futuros | 4.724.774 | 5.203.615 | 10,14% |
| Contribuições Futuras | -4.288.278 | -4.277.460 | -0,25% |
| Saldo de Contas dos Benefícios Programados | 157.163.700 | 156.647.258 | -0,33% |
| Resultados Realizados | 11.375.625 | 7.151.999 | -37,13% |
| Ajuste de Precificação | 1.241.380 | 1.325.021 | 6,74% |
| Resultado Ajustado | NA | NA | - |

NA: Não aplicável

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri-FlexCeres, no exercício de 2018 foi de 11,01%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,38%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 1,49% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e redução na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2018, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2018

| Item | Efeitos das mudanças nas premissas atuariais | | | | Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu | | Total |
|--------------|--|---------------------|---------------------|----------------|--|---------------------|------------------|
| | Taxa de juros | Fatores Biométricos | Fator de capacidade | Família Média | Rentabilidade | Fatores Biométricos | |
| Ganho | 0 | 0 | 0 | 122.314 | 2.687.670 | 7.491.666 | 10.301.650 |
| Perda | -1.823.142 | -5.749.439 | -57.753 | 0 | 0 | 0 | -7.630.334 |
| Total | -1.823.142 | -5.749.439 | -57.753 | 122.314 | 2.687.670 | 7.491.666 | 2.671.316 |

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado superavitário de R\$ 7.151.999, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano, sendo, em nossa opinião, de natureza conjuntural, em função das causas que contribuíram para o superávit serem sobretudo provenientes da rentabilidade patrimonial no período.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL

| Ativo | | Passivo | |
|---|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 271.376.553 | Benefícios Futuros | 268.502.014 |
| Contribuições Futuras | 4.277.460 | Benefícios Concedidos | 106.651.141 |
| Risco | 4.277.460 | Benefícios a Conceder | 161.850.873 |
| | | Programados | 156.647.258 |
| | | Risco | 5.203.615 |
| | | Resultados Realizados | 7.151.999 |
| Total | 275.654.013 | Total | 275.654.013 |

Fundos previdenciais

A tabela a seguir apresenta os saldos a variação dos Fundos Previdenciais do plano de benefícios.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO EPAGRI-FLEXCERES

| Discriminação | 2017 | 2018 | Variação |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| Fundos Previdenciais | 12.141.727 | 14.934.692 | 23,00% |
| Fundo Coletivo de Desligamento | 994.461 | 2.377.903 | 139,12% |
| Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios | 514.839 | 589.974 | 14,59% |
| Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões | 10.632.428 | 11.966.815 | 12,55% |

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento do plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou situação superavitária em 31/12/2018 e, de acordo com as novas normas de solvência da Resolução CNPC nº 30/2018, esse resultado será alocado para a constituição de Reserva de Contingência, nos termos da referida norma.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2019-03-12 07:56:06